

**POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO
TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM
MASSA – PLDFTP E DE CADASTRO (“Política”)**

INTRABANK ASSET MANAGEMENT (“GESTORA”)

ABRIL/2026

ÍNDICE

1.	Introdução	3
2.	Base Legal	3
3.	Governança e Responsabilidade	4
3.1.	Diretoria de <i>Compliance</i> e Risco e Área de <i>Compliance</i> e Controles Internos	4
3.2.	Alta Administração	5
3.3.	Comitê de <i>Compliance</i>, Controles Internos, Ética e Risco	6
3.4.	Colaboradores e Aplicabilidade desta Política	6
3.5.	Tratamento de Exceções	7
3.6.	Sanções	7
4.	Abordagem Baseada em Risco	8
4.1.	Serviços Prestados	9
4.1.1.	Abordagem Baseada em Risco	9
4.1.2.	Atuação e Monitoramento	10
4.2.	Produtos Oferecidos	10
4.2.1.	Abordagem Baseada em Risco	10
4.2.2.	Atuação e Monitoramento	11
4.3.	Canais de Distribuição	12
4.4.	Clientes (Passivo)	12
4.4.1.	Relacionamento Comercial Direto com os Clientes	12
4.4.1.1.	Processo de Cadastro	14
4.4.1.2.	Abordagem Baseada em Risco	16
4.4.1.3.	Atuação e Monitoramento	17
4.4.1.4.	Clientes Diretos que sejam Fundos Alocadores	19
4.4.1.5.	Inexistência de Relacionamento Comercial Direto com Clientes	20
4.5.	Prestadores de Serviços Relevantes	20
4.5.1.	Prestadores de Serviços dos Produtos	21
4.5.1.1.	Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores	21
4.5.1.2.	Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores	22
4.5.2.	Fluxograma resumo	22
4.5.3.	Abordagem Baseada em Risco	23
4.5.4.	Atuação e Monitoramento	24
4.6.	Agentes Envolvidos nas Operações, Ambientes de Negociação e Registro	26
4.6.1.	Processo de Cadastro dos Agentes Envolvidos	27
4.6.2.	Processo de Identificação de Agentes Envolvidos	28
4.6.3.	Monitoramento: Controle do Preço dos Ativos e Valores Mobiliários Negociados	30
4.6.4.	Abordagem Baseada em Risco	31
4.6.5.	Atuação e Monitoramento	36
5.	Comunicação	37
6.	Políticas de Treinamento	39
7.	Prevenção do Financiamento ao Terrorismo e do Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa	39
7.1.	Cumprimento de Sanções Impostas por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas	40
8.	Testes de Aderência e Indicadores de Efetividade	41
9.	Relatório Anual	43
10.	Histórico de Atualizações	44

1. Introdução

Estabelece as diretrizes adotadas pela GESTORA para a prevenção, detecção, análise e reporte de eventos suspeitos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (“LDFTP”) e outras atividades suspeitas, visando a ajudar a GESTORA a identificar, monitorar e mitigar os riscos regulatórios e reputacionais associados a LDFTP, bem como estabelece os requisitos para o cadastramento de clientes e demais partes aplicáveis, nos termos aqui previstos.

A prevenção da utilização dos ativos e sistemas da GESTORA para fins ilícitos, tais como crimes de “lavagem de dinheiro”, ocultação de bens e valores e financiamento ao terrorismo é dever de todos os colaboradores da GESTORA, incluindo sócios, administradores, funcionários, prestadores e estagiários da GESTORA (“Colaboradores” ou “Colaborador”).

2. Base Legal

- (i) Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada pela Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012 (“Lei nº 9.613”);
- (ii) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 50, de 31 de agosto de 2021 (“Resolução CVM nº 50”);
- (iii) Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 175”);
- (iv) Ofícios e deliberações da CVM a respeito das matérias aqui tratadas; e
- (v) Guia ANBIMA de PLD/FTP da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Guia Anbima” e “Anbima”).

2.1. Interpretação e Aplicação da Política

Para fins de interpretação dos dispositivos previstos nesta Política, exceto se expressamente disposto de forma contrária: (a) os termos utilizados nesta Política terão o significado atribuído na Resolução CVM nº 175; (b) as referências a fundos abrangem as classes e subclasses, se houver; (c) as referências a regulamento abrangem os anexos e apêndices, se houver, observado o disposto na Resolução CVM nº 175; e (d) as referências às classes abrangem os fundos ainda não adaptados à Resolução CVM nº 175.

As disposições da Política são aplicáveis, no que couberem, aos fundos constituídos após o início da vigência da Resolução CVM nº 175 (i.e., 02/10/2023) e aos fundos constituídos previamente a esta data que já tenham sido adaptados às regras da referida Resolução. A GESTORA e os fundos deverão observar as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Instrução CVM 555”), e de outras instruções aplicáveis às diferentes categorias de fundos sob gestão, inclusive, no que diz respeito à responsabilidade e às atribuições da GESTORA enquanto

gestora da carteira dos fundos até a data em que tais fundos se adaptarem às regras da Resolução CVM nº 175.

3. Governança e Responsabilidade

A estrutura de governança da GESTORA para assuntos relacionados à LDFTP - não obstante o dever geral e comum imposto a todos os Colaboradores quanto à atenção ao tema - é composta pela Diretora de *Compliance* (definida abaixo), pelo Comitê de *Compliance*, Controles Internos, Ética e Risco e pela Alta Administração (abaixo definida).

Ademais, a GESTORA adota como metodologia de governança e cumprimento das disposições da presente Política, bem como da regulamentação que trata de LDFTP, uma sistemática própria para garantir o fluxo interno de informações, e realiza periodicamente avaliações internas de risco de LDFTP, nos termos desta Política.

3.1. Diretoria de *Compliance* e Área de *Compliance*

O principal responsável pela fiscalização da presente Política é a diretora nomeada pela GESTORA como responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Resolução CVM nº 50, em especial, pela implementação e manutenção desta Política ("Diretora de *Compliance*"), a qual contará com o apoio de Colaboradores integrantes da Área de *Compliance* da GESTORA, que, dentre outras atribuições, também realizam atividades relativas à LDFTP, os quais são devidamente treinados, atualizados e possuem conhecimento compatível com a sua respectiva função, sendo a equipe adequada ao porte da GESTORA e totalmente autônoma e independente das áreas de negócios ("Área de *Compliance*").

A Diretora de *Compliance*, que deverá agir com probidade, boa fé e ética profissional, empregando, no exercício de suas funções, todo cuidado e diligência esperados dos profissionais em sua posição, terá amplo, irrestrito e tempestivo acesso a qualquer informação relacionada à atuação da GESTORA e dos Colaboradores, possibilitando, dessa forma, que os dados necessários para o exercício de suas atribuições e dos demais Colaboradores da Área de *Compliance*, especialmente no que tange ao efetivo gerenciamento dos riscos de LDFTP relacionados à esta Política, possam ser utilizados de forma eficaz e tempestiva.

Neste sentido, a GESTORA não poderá restringir o acesso da Diretora de *Compliance* a qualquer dado corporativo, mesmo que pautada em questões de sigilo legal e/ou comercial, ou demais restrições legais, tais como eventos no âmbito da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" ou "LGPD"), ou decorrentes das próprias normas aplicáveis à GESTORA relativas à eventual necessidade de segregação de atividades (*chinese wall*).

Por fim, na hipótese de impedimento da Diretora de *Compliance* por prazo superior a 30 (trinta) dias, a GESTORA deverá indicar substituto para assumir a referida responsabilidade, devendo a CVM ser comunicada no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da ocorrência.

Ademais, a Área de *Compliance*, em conjunto e sob responsabilidade final da Diretora de *Compliance*, possui como função e competência, sem prejuízo de outras indicadas ao longo desta Política:

- a) Implementar e manter esta Política devidamente atualizada, observando a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da GESTORA, de forma a assegurar a sua eficácia e o efetivo gerenciamento dos riscos de LDFTP;
- b) Desenvolver e aprimorar as ferramentas e sistemas de monitoramento de operações ou situações suspeitas previstas nesta Política;
- c) Promover a disseminação da presente Política e da cultura de LDFTP para seus Colaboradores, inclusive por meio da elaboração de programas de treinamentos periódicos e de conscientização dos Colaboradores;
- d) Fiscalizar o cumprimento desta Política por todos os Colaboradores;
- e) Interagir com os órgãos e entidades de regulação e autorregulação sobre o tema de LDFTP, conforme o caso e necessidade;
- f) Avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com determinados clientes e prestadores de serviços que apresentem considerável risco de LDFTP;
- g) Analisar as informações coletadas, monitorar as operações suspeitas e apreciar as ocorrências das operações que venham a ser reportadas pelos Colaboradores, bem como providenciar a efetiva comunicação aos órgãos competentes;
- h) Coordenar ações disciplinares a Colaboradores que venham a descumprir com os procedimentos de LDFTP; e
- i) Elaborar relatório anual relativo à avaliação interna de risco de LDFTP, a ser encaminhado para os órgãos da Alta Administração.

3.2. Alta Administração

A Alta Administração da GESTORA, composta por todos os seus diretores estatutários e, quando existentes, os membros de seu Conselho de Administração ("Alta Administração"), terá as seguintes responsabilidades e deveres:

- a) Aprovar a adequação da presente Política, da avaliação interna de risco, assim como das regras, dos procedimentos e dos controles internos da GESTORA no tocante à LDFTP;
- b) Estar tempestivamente ciente dos riscos de conformidade relacionados à LDFTP;
- c) Assegurar que a Diretora de *Compliance* tenha independência, autonomia e conhecimento técnico suficiente para o pleno cumprimento dos seus deveres, assim como pleno acesso a todas as informações que julgar necessárias para que a respectiva governança de riscos de LDFTP possa ser efetuada;

- d) Assegurar que os sistemas da GESTORA de monitoramento das operações atípicas estão alinhados com as definições e os critérios de abordagem baseada em risco previstos nesta Política, assim como podem ser prontamente customizados na hipótese de qualquer alteração na respectiva matriz de riscos de LDFTP; e
- e) Assegurar que foram efetivamente alocados recursos humanos e financeiros suficientes para o cumprimento dos pontos anteriormente descritos.

A Alta Administração deverá se comprometer integralmente com os termos, diretrizes e obrigações presentes nesta Política e na regulamentação de LDFTP, garantindo, ainda, que tal compromisso se estenda a todas as áreas da GESTORA, com especial destaque àquelas com relacionamento comercial direto com clientes e operações que tenham maior potencial de LDFTP.

3.3. Comitê de Compliance, Controles Internos, Ética e Risco

A GESTORA conta ainda com um Comitê de *Compliance*, Controles Internos, Ética e Risco, composto, obrigatoriamente, pela Diretora de *Compliance*, pelo Diretor Presidente, pela Diretora Geral, pelo Diretor de Gestão de Risco e pelo Diretor de Gestão, que participará do Comitê de Compliance, Controles Internos, Ética e Risco apenas para fins de reporte. Ainda, participarão de tal comitê, não obrigatoriamente, outros Colaboradores que possam contribuir em suas áreas de especialização, estes últimos os quais podem ser convidados a participar das reuniões, sendo certo que não terão direito a voto.

Dentre outras competências designadas nas demais políticas e manuais da GESTORA, incluindo as competências e atribuições dispostas na presente Política, o Comitê de *Compliance*, Controles Internos, Ética e Risco poderá ser convocado para tratar de eventuais indícios de lavagem de dinheiro, bem como avaliar e deliberará, em conjunto com a Diretora de *Compliance*, sobre a pertinência de reporte de operações ou situações atípicas, direta ou indiretamente, relacionadas aos crimes de LDFTP para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”), bem como para os órgãos supervisores competentes caso tais eventos também impliquem em possíveis infrações às respectivas regras legais e regulamentares em vigor.

3.4. Colaboradores e Aplicabilidade desta Política

Esta Política é parte integrante das regras que regem a relação societária, de trabalho ou contratual, conforme o caso, dos Colaboradores, os quais deverão firmar o termo de recebimento e compromisso constante do Anexo I à esta Política (“Termo de Recebimento e Compromisso”). Por esse documento, o Colaborador reconhece e confirma a leitura, o conhecimento, compreensão, concordância e adesão aos termos desta Política e às normas e procedimentos aqui contidos. Periodicamente, poderá ser requisitado aos Colaboradores que assinem novos Termos de Recebimento e Compromisso, reforçando o seu conhecimento e concordância com os termos desta Política.

Esta Política e todos os demais materiais informativos e diretrizes internas poderão ser consultadas pelos Colaboradores da GESTORA por intermédio do *website* da GESTORA, no seguinte endereço intrabank.com.br, e quaisquer dúvidas deverão ser dirimidas junto à Área de *Compliance*, inclusive junto à Diretora de *Compliance*.

O descumprimento, suspeita ou indício de descumprimento de quaisquer das normas e procedimentos estabelecidos nesta Política ou das demais normas relativas à LDFTP aplicáveis às atividades da GESTORA deverão ser levadas para apreciação da Diretora de *Compliance*. Competirá à Diretora de *Compliance* aplicar as sanções decorrentes de tais desvios, previstas no item 3.6 abaixo, garantido ao Colaborador amplo direito de defesa.

Neste sentido, é dever de todo Colaborador informar à Área de *Compliance* sobre violações ou possíveis violações das normas aqui dispostas, de maneira a preservar os interesses da GESTORA e de seus clientes em relação à regulamentação de LDFTP. Caso a violação ou suspeita de violação recaia sobre a própria Diretora de *Compliance*, o Colaborador deverá informar diretamente a Alta Administração, que realizará a análise da ocorrência e aplicação das sanções decorrentes de eventuais desvios, garantido à Diretora de *Compliance* amplo direito de defesa.

Por fim, a GESTORA busca conhecer e monitorar seus Colaboradores quando da contratação destes e posteriormente de forma contínua, e ficará atenta ao comportamento dos seus Colaboradores, de modo a detectar e subsequentemente relatar quaisquer atividades suspeitas, tais como ações e condutas significativamente discrepantes com o padrão de vida do Colaborador, sendo certo que a GESTORA contará com o apoio dos superiores hierárquicos responsáveis por cada área para este acompanhamento e monitoramento.

As questões relevantes decorrentes do monitoramento feito nos Colaboradores poderão receber investigação específica pela Área de *Compliance* e, se apropriado, comunicadas à Diretora de *Compliance* e, em sendo o caso, comunicadas ao regulador e/ou às autoridades competentes.

3.5. Tratamento de Exceções

Poderá haver circunstâncias atenuantes e/ou casos em que já existam controles mitigantes ou nos quais seja possível demonstrar um motivo legítimo – referente a um determinado cliente, uma divisão, pessoa jurídica ou unidade de negócios em particular – na solicitação de exceção às normas de LDFTP definidas nesta Política.

Eventuais solicitações de exceção devem ser amplamente documentadas e justificadas, as quais dependerão da avaliação e manifestação da Diretora de *Compliance* sobre a questão, bem como validação final pela Alta Administração.

3.6. Sanções

A GESTORA não assume a responsabilidade de Colaboradores que transgridam a lei ou cometam infrações no exercício de suas funções.

Neste sentido, conforme mencionado acima, a Diretora de *Compliance* poderá aplicar sanções aos Colaboradores em decorrência de descumprimentos das normas relativas à LDFTP previstas nesta Política.

Os Colaboradores, desta forma, estarão sujeitos, entre outras, às penas de advertência, desligamento, exclusão ou demissão por justa causa, conforme o regime aplicável, sem prejuízo de eventuais outras medidas adicionais no âmbito cível (incluindo o direito de regresso) e criminal que se fizerem cabíveis.

4. Abordagem Baseada em Risco

Nos termos da Resolução CVM nº 50, a GESTORA deve, no limite de suas atribuições, identificar, analisar, compreender e mitigar os riscos de LDFTP inerentes às suas atividades desempenhadas no mercado de valores mobiliários, adotando uma abordagem baseada em risco (“ABR”) para garantir que as medidas de prevenção e mitigação sejam proporcionais aos riscos identificados e assegurando o cumprimento da referida resolução e das demais disposições e diretrizes regulatórias e autorregulatórias de LDFTP.

Desta forma, a GESTORA deverá, nos limites da sua atribuição, classificar em seis níveis de classificação de risco de LDFTP, o quais sejam: (i) Nível 1 – Baixo; (ii) Nível 2 – Médio; (iii) Nível 3 – Médio; (iv) Nível 4 – Médio; (v) Nível 5 – Alto; e (vi) Vedação, , observada as métricas descritas nesta Política, todos os:

- a) Serviços Prestados (Item 4.1);
- b) Produtos Oferecidos (Item 4.2);
- c) Canais de Distribuição (Item 4.3);
- d) Clientes (Item 4.4);
- e) Prestadores de Serviços Relevantes (Item 4.5); e
- f) Agentes Envolvidos nas operações, Ambientes de Negociação e Registro (Item 4.6).

A GESTORA, por meio da Área de Compliance, da Diretora de Compliance e do Diretor de Gestão de Risco, monitorará a adequação dos critérios utilizados nesta Política para a definição e classificação da sua ABR, a partir (i) do acompanhamento constante da regulamentação e autorregulação, (ii) dos testes de aderência e índices de efetividade, (iii) da avaliação do impacto às definições aqui previstas em razão de eventuais novos serviços prestados, produtos oferecidos, canais de distribuição, clientes, prestadores de serviços, agentes envolvidos nas operações, e novos ambientes de negociação e registro, bem como (iv) da avaliação do impacto de rotinas da GESTORA relacionadas aos deveres de observância de outros normativos, tais como em relação ao normativo que trata sobre condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários, manipulação

de preço, operações fraudulentas e práticas não equitativas. Havendo a necessidade de alterações ou revisão de tais critérios, essa Política deverá ser alterada e validada pela Alta Administração, devendo ser prontamente implementada pela Área de Compliance.

Além disso, a GESTORA ressalta que as ABRs abaixo definidas foram elaboradas levando em conta não somente a visão da Área de *Compliance*, mas também de outras áreas estratégicas da GESTORA, tais como as áreas de negócios, área de riscos e jurídico.

4.1. Serviços Prestados

Em relação aos serviços prestados, conforme mais bem descritos no Formulário de Referência da GESTORA, disponível em seu *website*, a GESTORA informa que desenvolve a atividade de gestão de recursos de terceiros, conforme permitida pela regulamentação em vigor, bem como as atividades de agente de cobranças extrajudiciais e de análise de informações cadastrais para os próprios fundos a serem geridos pela GESTORA.

4.1.1. Abordagem Baseada em Risco

Levando em conta os seguintes elementos:

- a) A atividade principal de gestão de recursos de terceiros desempenhada pela GESTORA;
- b) A atividade acima indicada é altamente regulada e supervisionada pela CVM e pela ANBIMA;
- c) Os Colaboradores são periodicamente treinados em relação ao escopo desta Política, nos termos do item 6 abaixo;
- d) Os prestadores de serviços relevantes dos fundos de investimento sob gestão da GESTORA e respectivas classes, tais como administradores fiduciários, distribuidores e custodiantes, são devidamente registrados e supervisionados pela CVM e ANBIMA, e, conforme o caso, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”);
- e) Os recursos colocados à disposição da GESTORA são oriundos de contas mantidas junto a instituições financeiras e, portanto, já passaram necessariamente pelo crivo das políticas e procedimentos de LDFTP de tais instituições;
- f) A gestão de recursos de terceiros é realizada pela GESTORA de forma totalmente discricionária; e
- g) Os ativos adquiridos pelos produtos sob gestão da GESTORA são negociados em sua maioria, em mercados organizados (algumas exceções são quanto aos ativos das classes dos fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento imobiliários, como por exemplos em casos de cessões, duplicatas e contratos).

A GESTORA classifica os serviços por ela prestados, de maneira geral, como de risco “*Nível 1 – Baixo*” em relação à LDFTP, sem prejuízo de que os aspectos abordados nas análises descritas nos itens 4.2 a 4.6 abaixo possam, conforme o caso, ser enquadrados em níveis de risco distintos para fins de LDFTP.

4.1.2. Atuação e Monitoramento

Neste sentido, sem prejuízo da atuação e dinâmica individual em relação às conclusões da ABR de cada uma das frentes tratadas neste item 4, em razão do nível de risco identificado, a forma de monitoramento dos serviços prestados pela GESTORA se dará conforme abaixo:

- a) Acompanhamento constante da regulamentação e autorregulação em vigor aplicáveis à sua atividade, de forma a manter suas políticas internas e atuação sempre aderentes aos normativos vigentes;
- b) Treinamento e preparo constante de seus Colaboradores, conforme definido nesta Política; e
- c) Avaliação do impacto às definições aqui previstas em razão de eventuais novos serviços a serem prestados pela GESTORA.

4.2. Produtos Oferecidos

Os produtos oferecidos pela GESTORA são fundos de investimento financeiro (“FIF”), fundos de investimento imobiliários (“FII”) e fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”). A aprovação de investimentos e desinvestimentos dos produtos da GESTORA poderão ser tomadas no dia a dia, sem que haja a necessidade de realização prévia de reunião do Comitê de Investimento e Crédito.

A GESTORA realiza a classificação dos seus produtos por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção aos produtos que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LDFTP.

4.2.1. Abordagem Baseada em Risco

Os produtos são determinados pelos seguintes graus de risco:

- “**Vedação**”: Produtos ou estruturas que impliquem perda de controle da GESTORA sobre as decisões de investimento e desinvestimento, ou que apresentem riscos incompatíveis com as diretrizes de LDFTP adotadas pela GESTORA, sendo, portanto, vedada sua constituição, aquisição ou manutenção.
- “**Nível 5 - Alto**”: Produtos que prevejam a existência de comitê de investimento ou estrutura similar formado por membros indicados por terceiros que não a GESTORA (investidores ou consultores de investimento nomeados pelos investidores, por exemplo) que tenha como competência a tomada de decisão final quanto aos investimentos e desinvestimentos, bem como de indicação dos cotistas ou partes a eles ligadas para atuar nas entidades investidas pelos produtos.

- “Nível 4 - Médio”: Produtos que prevejam maior grau de influência de terceiros (investidores ou consultores), inclusive com recomendações recorrentes ou participação mais ativa no processo decisório, ainda que a decisão final permaneça com a GESTORA.
- “Nível 3 – Médio”: Produtos que possuam órgãos consultivos (tais como conselhos ou comitês) com capacidade de recomendação estruturada, ainda que não vinculante, podendo influenciar a tomada de decisão da GESTORA.
- “Nível 2 – Médio”: Produtos que contem com mecanismos formais de consulta a terceiros, sem caráter vinculante, e com baixa capacidade de influência na tomada de decisão da GESTORA.
- “Nível 1 - Baixo”: Demais produtos que atribuam a discricionariedade plena e exclusiva à GESTORA ao longo de todo o processo de tomada de decisão de investimento e desinvestimento.

4.2.2. Atuação e Monitoramento

A GESTORA, com base na classificação de risco atribuída nos termos do item acima, procederá com a sua atuação e monitoramento com relação aos respectivos produtos conforme abaixo:

- “Vedação”: Fica vedada a constituição, aquisição ou manutenção de produtos enquadrados nesta classificação, não sendo aplicável qualquer procedimento de monitoramento.
- “Nível 5 - Alto”: Deverá ser analisada cada decisão tomada pelo comitê de investimentos, para verificação e validação acerca da legitimidade, adequação e inexistência de atipicidades ou objetivos escusos nas deliberações tomadas, bem como avaliação prévia, para fins de LDFTP, dos membros indicados e monitoramento a cada 12 (doze) meses dos membros eleitos ao referido comitê.
- “Nível 4 – Médio”: Deverão ser analisadas, de forma recorrente, as deliberações ou recomendações de investimentos e desinvestimentos oriundas de conselhos ou comitês, para verificação de legitimidade, adequação e ausência de atipicidades ou objetivos escusos, bem como a avaliação prévia dos membros indicados e monitoramento periódico a cada 18 (dezoito) meses.

- “Nível 3 – Médio”: Deverão ser analisadas as deliberações ou recomendações relevantes emitidas por conselhos ou comitês consultivos, para verificação de legitimidade, adequação e ausência de atipicidades ou objetivos escusos, bem como realizada avaliação preliminar dos membros quando de sua indicação e monitoramento periódico a cada 24 (vinte e quatro) meses.
- “Nível 2 – Médio”: As eventuais manifestações ou recomendações de terceiros deverão ser analisada de forma pontual, quando aplicável, para a verificação de sua legitimidade e adequação, sem necessidade de monitoramento periódico estruturado.
- “Nível 1 - Baixo”: Neste caso, não haverá necessidade de quaisquer providências adicionais além daquelas previstas nos itens 4.3 a 4.6, nos termos desta Política.

4.3. Canais de Distribuição

Em relação aos canais de distribuição, a GESTORA se utiliza de intermediários terceiros contratados em nome dos fundos sob sua gestão para a distribuição de suas cotas.

Os distribuidores contratados se constituem como instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, além de serem também registrada perante a CVM, e que estão sujeitas a um ecossistema robusto de regras de PLDFTP, portanto, a GESTORA realizará o processo de *Know Your Partner* (“KYP”) em relação a tais Canais de Distribuição. Neste sentido, a classificação por grau de risco pela GESTORA e a forma adotada para a atuação e o monitoramento dos canais de distribuição se dará conforme a existência ou não do relacionamento comercial direto com o cliente por parte da GESTORA, seguindo, portanto, a metodologia e definições indicadas nos itens 4.4 e 4.5 abaixo.

4.4. Clientes (Passivo)

4.4.1. Relacionamento Comercial Direto com os Clientes

Para os fins desta Política, possui relacionamento comercial direto com o cliente o distribuidor contratualmente responsável pela distribuição das cotas das classes de fundos de investimento sob gestão da GESTORA adquiridas por tal cliente.

Em relação às classes exclusivas sob gestão da GESTORA, se caracteriza também o relacionamento comercial direto entre os clientes e a GESTORA, sendo que nessa situação a GESTORA deverá proceder com as diligências necessárias para fins de cadastramento do cliente e atendimento desta Política em relação à LDFTP.

Tendo em vista o exposto acima, o relacionamento comercial direto dos clientes com a GESTORA se caracteriza na situação de cotistas de classes de fundos ou veículos de investimento exclusivos (“Clientes Diretos”).

No curso de suas atividades junto aos Clientes Diretos, nos limites das suas atribuições, a GESTORA deve observar as seguintes diretrizes, sem prejuízo das demais disposições previstas nesta Política:

- a) Sempre buscar identificar a identidade real de todos os seus Clientes Diretos, conforme acima definido, por meio do procedimento KYC (*Know your Client*), por meio da verificação de que o Cliente Direto possui um número de documento de identidade, inscrição no CNPJ/MF ou “código CVM”, no caso de investidores não residentes;
- b) Não receber recursos ou realizar atividades com Clientes Diretos cujos recursos sejam advindos de atividades criminosas;
- c) Monitorar a compatibilidade dos investimentos com a ocupação profissional e a situação financeira patrimonial declarada pelo Cliente Direto;
- d) Não aceitar ordens de movimentação de Clientes Diretos que estejam com os cadastros desatualizados, exceto nas hipóteses de pedidos de encerramento de relacionamento ou de alienação ou resgate de cotas; e
- e) Colaborar plenamente com as autoridades reguladoras, bem como informá-las de todas as ocorrências de atividades suspeitas identificadas, nos limites das leis e regulamentos aplicáveis.

A GESTORA deve, assim, realizar a classificação dos Clientes Diretos por grau de risco, com o objetivo de destinar maior atenção aos Clientes Diretos que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LDFTP, nos termos descritos abaixo.

Para os fins desta Política, não deverão ser considerados como relacionamento comercial direto com os clientes, não sendo, portanto, tais clientes classificados como “Clientes Diretos”, os contatos mantidos pela GESTORA junto aos investidores, por qualquer meio (presencial ou eletronicamente), em momento anterior ou posterior aos investimentos realizados, quando, dentre outras situações similares, o contato seja (i) relacionado aos esclarecimentos de questões técnicas ligadas aos produtos ou serviços prestados pela GESTORA, tais como no caso de prestação de informações pela GESTORA sobre as políticas e estratégias de investimento, desempenho e outras relacionadas à gestão de seus fundos de investimento; (ii) decorrente do cadastramento realizado pelos próprios investidores junto à GESTORA para fins de recebimento de materiais institucionais ou técnicos dos produtos ou serviços (“*mailing*”); (iii) relacionado ao mero conhecimento da identidade dos investidores pela GESTORA, tais como nas situações de simples repasse, pela GESTORA, de ordens de aplicação e resgate enviadas pelos distribuidores ao administrador fiduciário dos fundos de investimento sob gestão (“*boletagem*”); ou (iv) decorrente de diligências prévias ou posteriores ao investimento, mantidas por investidores (*i.e.* institucionais) junto à GESTORA, desde que em todos casos listados acima exista distribuidor formalmente contratado para a distribuição das cotas das classes dos fundos de investimento sob gestão.

4.4.1.1. Processo de Cadastro

A GESTORA deverá coletar os documentos e as informações dos Clientes Diretos, incluindo aquelas listadas no Anexo II desta Política, conforme procedimentos internos através de ferramentas e sistemas tecnológicos e eletrônicos destinados a tal atividade (“Sistemas de LDFTP”), bem como, quando aplicável, através de seus Colaboradores.

As informações e documentos serão analisados pela Área de *Compliance*, sendo certo que a Área de *Compliance* poderá, conforme seu melhor julgamento, determinar providências adicionais em relação ao Cliente Direto, inclusive a realização de visita pessoal, durante o processo de cadastramento, em especial na situação em que os Clientes Diretos sejam considerados de risco “Nível 5 – Alto” pela GESTORA, na qual será mantido o sigilo acerca de eventuais indícios de LDFTP constatados e que serão devidamente avaliados para fins de comunicação ao regulador e/ou autoridade competente. A Área de *Compliance*, sob responsabilidade final da Diretora de *Compliance*, será responsável por avaliar o interesse no início ou manutenção do relacionamento com tal Cliente Direto e pela eventual recusa do respectivo Cliente Direto, se o caso.

As alterações das informações constantes do cadastro, realizado com base nas informações e documentos definidos nesta Política, dependem de prévia comunicação do Cliente Direto, por ordem escrita ou através de meios passíveis de verificação, acompanhadas dos respectivos comprovantes.

O cadastro de Clientes Diretos pode ser efetuado e mantido em sistemas eletrônicos, onde será verificado o vencimento do cadastro. O sistema eletrônico deve:

- a) Possibilitar o acesso imediato aos dados cadastrais;
- b) Controlar as movimentações; e
- c) Utilizar tecnologia capaz de cumprir integralmente com o disposto na regulamentação em vigor, nesta Política e demais normas e políticas internas da GESTORA.

O cadastro mantido pela GESTORA deve permitir a identificação da data e do conteúdo de todas as alterações e atualizações realizadas.

O cadastro dos Clientes Diretos deve abranger, quando aplicável, as pessoas naturais autorizadas a representá-los, todos seus controladores, diretos e indiretos, e as pessoas naturais que sobre eles tenham influência significativa¹, até alcançar a pessoa natural caracterizada como beneficiário final.

¹ Para os fins desta Política, considera-se “influência significativa” a situação em que uma pessoa natural, seja o controlador ou não, exerça influência de fato nas decisões ou que seja titular de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do capital social das pessoas jurídicas ou do patrimônio líquido dos fundos de investimento e demais entidades nos casos de que tratam os incisos II a V do Art. 1º do Anexo B da Resolução CVM nº 50, sem prejuízo da utilização de cadastro simplificado.

Ademais, para efeitos desta Política, considera-se “controlador” a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia.

Excetua-se da obrigação de verificação da pessoa natural caracterizada como beneficiário final:

- a) A pessoa jurídica constituída como companhia aberta no Brasil;
- b) Os fundos e clubes de investimento nacionais registrados, desde que: (i) não seja fundo exclusivo; (ii) obtenham recursos de investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado que deve ter plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas para atuar nas entidades investidas; e (iii) seja informado o número do CPF/MF ou de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF de todos os cotistas para a Receita Federal do Brasil na forma definida em regulamentação específica daquele órgão;
- c) As instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen;
- d) As seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e os regimes próprios de previdência social; e
- e) Os investidores não residentes (“INR”) classificados como: (i) bancos centrais, governos ou entidades governamentais, assim como fundos soberanos ou companhias de investimento controladas por fundos soberanos e similares; (ii) organismos multilaterais; (iii) companhias abertas ou equivalentes; (iv) instituições financeiras ou similares, agindo por conta própria; (v) administradores de carteiras, agindo por conta própria; (vi) seguradoras e entidades de previdência; e (vii) fundos ou veículos de investimento coletivo, desde que, cumulativamente: (vii.1) o número de cotistas seja igual ou superior a 100 (cem) e nenhum deles tenha influência significativa; e (vii.2) a administração da carteira de ativos seja feita de forma discricionária por administrador profissional sujeito à regulação de órgão regulador que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua, nos termos da regulamentação em vigor.

O enquadramento de algum Cliente Direto no rol da alínea “(e)” acima não isenta a GESTORA de cumprir as demais obrigações previstas nesta Política, naquilo que for aplicável. Por outro lado, a GESTORA poderá adotar o procedimento simplificado de cadastro, no qual o procedimento de coleta e manutenção de dados cadastrais dos Clientes Diretos será realizado pela instituição estrangeira, desde que observados os requisitos previstos no Anexo C da Resolução CVM nº 50.

Não obstante, elemento a ser considerado na classificação de risco da GESTORA quanto aos INRs é o risco atribuído ao intermediário estrangeiro pela GESTORA. Por exemplo, intermediário estrangeiro que mantenha uma estrutura de conta-coletiva (ônibus) avaliada como sendo de risco “Nível 1 - Baixo” de LDFTP pode ter passageiros (INRs) enquadrados em níveis de risco de LDFTP distintos, de acordo com os critérios de ABR da GESTORA. Caso o intermediário estrangeiro titular da conta-coletiva (ônibus) seja classificado como sendo de risco “Nível 5 - Alto” de LDFTP, recomenda-se que os passageiros (INRs) sejam também classificados como de “Nível 5 - Alto” – tal avaliação poderá ser revista em relação a investidores (passageiros) específicos, caso a GESTORA disponha de elementos capazes de embasar uma avaliação distinta, a qual deverá ser fundamentada e documentada.

Ainda, em relação aos INRs, a GESTORA, caso não possua o efetivo relacionamento comercial direto, deverá identificar, dentre os prestadores de serviços relacionados ao INR, aquele que possua tal relacionamento e se as disposições relativas à verificação cadastral do INR estão devidamente compreendidas nas respectivas políticas de LDFTP como obrigações que devem ser cumpridas pelos prestadores de serviço no Brasil representantes de tais INRs, a exemplo do representante legal, do custodiante ou do intermediário (corretora), conforme o caso. Nesses casos, a ABR deverá considerar tal prestador de serviço e deverá respeitar o disposto no item 4.5 desta Política.

Tratando-se de beneficiário final *trust* ou veículos assemelhados, a GESTORA envidará esforços para identificar:

- a) A pessoa que instituiu o *trust* ou veículo assemelhado (*settlor*);
- b) O supervisor do veículo de investimento, se houver (*protector*);
- c) O administrador ou gestor do veículo de investimento (curador ou *trustee*²); e
- d) O beneficiário do *trust*, seja uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

4.4.1.2. Abordagem Baseada em Risco

A GESTORA adota mecânica de pontuação para classificar seus Clientes Diretos dentro de sua ABR. Referida pontuação é inicialmente atribuída pela Área de *Compliance* que analisa as informações e documentos recebidos durante o cadastramento e, em especial, os seguintes critérios, características e situação em relação aos Clientes Diretos:

- (i) Que tenham sido acusados e condenados em processo judicial relativo a práticas de LDFTP nos últimos 5 (cinco) anos ou em processos que sejam considerados graves pela Diretora de *Compliance*;
- (ii) Com relação aos quais existam notícias desabonadoras na mídia que tenham relevância para fins de LDFTP;
- (iii) Que sejam classificados como Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM nº 50 (“PEP”);
- (iv) Que se recusem a fornecer as informações necessárias ou apresentem informações cadastrais com consideráveis inconsistências, incluindo, mas não se limitando em relação aos que recebam valores incompatíveis com a ocupação profissional e a situação financeira patrimonial declarada;
- (v) Que não forneçam informações e documentos necessários que permitam a identificação do beneficiário final pela GESTORA, conforme aplicável e ressalvadas as exceções, incluindo os casos de INR que sejam (v.1) entes constituídos sob a

² Para os fins desta Política, equipara-se ao curador ou *trustee* a pessoa que não for *settlor* ou *protector*, mas que tenha influência significativa nas decisões de investimento do *trust* ou veículo assemelhado.

forma de *trusts* ou outros veículos fiduciários; (v.2) sociedades constituídas com títulos ao portador, e (v.3) pessoas físicas residentes no exterior;

(vi) Que sejam classificados como pessoas naturais, jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas em ou, ainda, cujos recursos investidos sejam provenientes de jurisdição *offshore* que: (vi.1) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (vi.2) faça parte de lista de sanções ou restrições emanadas pelo CSNU, CEIS, CNEP, LENIÊNCIA, TCU, CNJ, CGU, bem como de eventuais outras listas de monitoramento obrigatório, nos termos da regulamentação em vigor; e (vi.3) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da Organização Internacional das Comissões de Valores – OICV/IOSCO;

(vii) Que sejam classificados como organização sem fins lucrativos, nos termos da legislação específica;

(viii) Que realizem ameaça a Colaborador da GESTORA, direta ou indiretamente, tentando dissuadi-lo de registrar os relatórios necessários ou cumprir com qualquer norma, orientação ou diretriz de regulação, autorregulação e interna da GESTORA;

(ix) Que desistam de proceder com alguma operação apenas depois de descobrir que esta ou algum elemento desta deverá ser comunicado, registrado ou de qualquer forma reportado para fins regulatórios;

(x) Que, embora não existam inconsistências relevantes em seu cadastro, não tenham fornecido documentação cadastral integral ou que, ainda que a tenham fornecido, não haja plena clareza das informações ali constantes.

4.4.1.3. Atuação e Monitoramento

As situações listadas abaixo podem configurar indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, ou podem com eles relacionar-se, devendo a GESTORA acompanhar a evolução do seu relacionamento com o Cliente Direto e atribuir maior atenção a tais situações para fins de manutenção e/ou alteração da classificação de ABR a ele atribuída, bem como quanto à necessidade de providências adicionais junto às autoridades competentes:

- a) Atividades com indícios de atipicidade de que tenha conhecimento;
- b) Transações que violam os programas de sanções econômicas;
- c) Transações com volumes e valores significativos e incompatíveis com a ocupação profissional, os rendimentos ou a situação patrimonial ou financeira declarada do Cliente Direto, ou destoantes dos historicamente efetuados;

- d) Transações com volumes e valores significativos e incompatíveis com a atividade econômica, objeto social ou do faturamento informado pelo Cliente Direto, no caso de pessoa jurídica, com o padrão operacional apresentado por clientes com o mesmo perfil;
- e) Eventuais reincidências do desenquadramento de perfil histórico de transações, observado o parágrafo abaixo;
- f) Clientes Diretos em relação aos quais existam notícias desabonadoras na mídia que tenham relevância para fins de LDFTP;
- g) Situações em que o Cliente Direto apresente aparente propósito oculto ou comportamento não usual na solicitação da operação;
- h) Clientes Diretos que realizem ameaça a Colaborador da GESTORA, direta ou indiretamente, tentando dissuadi-lo de registrar os relatórios necessários ou cumprir com qualquer norma, orientação ou diretriz de regulação, autorregulação e interna da GESTORA;
- i) Operações cujas características e desdobramentos evidenciem atuação, de forma contumaz, em nome de terceiros;
- j) Operações que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelos Clientes Diretos;
- k) Situações em que não seja possível identificar os beneficiários finais dos Clientes Diretos;
- l) Situações em que não seja possível manter atualizada as informações cadastrais dos Clientes Diretos;
- m) Clientes Diretos, pessoas naturais, jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas em ou, ainda, cujos recursos investidos sejam provenientes de jurisdição *offshore* que: (i) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (ii) com tributação favorecida e submetidos a regimes fiscais privilegiados, conforme normas emanadas pela Receita Federal do Brasil; (iii) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO;
- n) Ameaça a Colaboradores, tentando dissuadi-lo de registrar os relatórios necessários;
- o) Negativa do Cliente Direto em continuar com uma transação depois de descobrir que ela precisa ser relatada;
- p) Sugestão por parte do Cliente Direto de pagamento de gratificação a Colaboradores; e
- q) Clientes Diretos que desempenhem atividade em que seja possível circular dinheiro em espécie e que a contabilidade possa ser mais facilmente alterada.

É importante destacar a importância da compatibilidade do perfil de risco dos Clientes Diretos ao produto a ser investido (*suitability*) também para fins de LDFTP. No entanto, a incompatibilidade, por si só, não deve ser considerada como indício de LDFTP ou mesmo gerar a obrigatoriedade de mudança da classificação de risco de LDFTP do Cliente Direto. Como exemplo, o investimento em fundos de investimento alavancados ou mesmo estruturados por um Cliente Direto que possua perfil

de risco (*suitability*) “conservador” não representa qualquer indício de LDFTP se tiver por objetivo a diversificação de risco dos investimentos totais daquele Cliente Direto. Não obstante, a GESTORA estará atenta às operações que sejam consideradas atípicas, tais como aquelas que, além de serem incompatíveis com o perfil de risco (*suitability*) do Cliente Direto, não possuam fundamentação econômica, em que os Clientes Diretos sejam parte relacionada dos emissores ou das contrapartes dos ativos a serem adquiridos pelos fundos de investimento sob gestão da GESTORA, ou outros aspectos que podem representar indícios de LDFTP.

Adicionalmente ao monitoramento das operações e situações acima, a GESTORA realiza a atualização cadastral de acordo com o cronograma abaixo indicado, conforme grau de risco atribuído ao Cliente Direto:

- “Vedação”: Não há a necessidade de monitoramento atualização cadastral.
- “Nível 5 - Alto”: A cada 6 (seis) meses a GESTORA deverá realizar a atualização cadastral destes Clientes Diretos. A Área de *Compliance* destinará especial atenção para aqueles Clientes Diretos classificados como de Alto Risco, devendo monitorar continuamente e de maneira diferenciada a relação de negócio e as propostas de início de relacionamento.
- “Nível 4 - Médio”: A cada 12 (doze) meses a GESTORA deverá realizar a atualização cadastral destes Clientes Diretos.
- “Nível 3 - Médio”: A cada 1 (dezoito) meses a GESTORA deverá realizar a atualização cadastral destes Clientes Diretos.
- “Nível 2 - Médio”: A cada 24 (vinte e quatro) meses a GESTORA deverá realizar a atualização cadastral destes Clientes Diretos.
- “Nível 1 - Baixo”: A cada 36 (trinta e seis) meses a GESTORA deverá realizar a atualização cadastral destes Clientes Diretos.

4.4.1.4. Clientes Diretos que sejam Fundos Alocadores

Conforme previsto neste item 4.4.1, nos casos em que a GESTORA possua relacionamento comercial direto com os investidores, sendo estes, portanto, considerados “Clientes Diretos”, a GESTORA deverá observar a presente Política e solicitar todas as informações e documentos aplicáveis ao tipo de investidor, nos termos do Anexo II à presente Política.

Nesse sentido, caso os Clientes Diretos sejam fundos de investimento geridos por terceiros que venham a investir nos produtos geridos pela GESTORA (“Fundos Alocadores”), a GESTORA deverá solicitar exclusivamente as informações cadastrais indicadas no Anexo II em relação ao

administrador fiduciário e ao gestor de recursos de tal Fundo Alocador (“Prestadores de Serviços dos Fundos Alocadores”).

Por outro lado, considerando que até o presente momento, a GESTORA não realiza o papel de distribuidora das cotas dos fundos de investimento sob sua gestão (e conseqüentemente, não possui relacionamento comercial direto com os investidores), a GESTORA está, portanto, desobrigada de quaisquer providências adicionais com relação aos Fundos Alocadores, devendo observar o item 4.5 abaixo em relação aos prestadores de serviços dos fundos sob sua gestão.

4.4.1.5. Inexistência de Relacionamento Comercial Direto com Clientes

Nos casos não enquadrados nas hipóteses de relacionamento comercial direto pela GESTORA com os investidores, conforme descrito no item 4.4.1. acima (Cliente Diretos), a responsabilidade direta pela fiscalização do passivo (ou seja, dos investidores) para fins de LDFTP deverá recair sobre aqueles que tenham o relacionamento comercial direto com os investidores (ou seja, os distribuidores dos fundos sob gestão da GESTORA), que deverão possuir políticas e procedimentos próprios de LDFTP, ficando a GESTORA responsável pela realização de determinadas providências em relação a tais prestadores de serviços, conforme detalhado no item 4.5 abaixo.

4.5. Prestadores de Serviços Relevantes

No caso de prestadores de serviços relevantes contratados para os produtos sob gestão da GESTORA, os procedimentos devem ser implementados de acordo com o perfil e o propósito de relacionamento, visando a prevenir a realização de negócios com pessoas declaradas inidôneas ou suspeitas por envolvimento em atividades ilícitas.

Por sua vez, a GESTORA é considerada, junto com o administrador fiduciário, prestador de serviço essencial dos fundos, sendo responsável pela contratação dos seguintes prestadores de serviço em nome dos fundos e de acordo com o tipo do fundo de investimento:

- a) Classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito;
- b) Cogestão da carteira;
- c) Consultoria de investimentos;
- d) Distribuição de cotas;
- e) Formador de mercado de classe fechada (exceto no caso de fundos de investimento imobiliários); e
- f) Intermediação de operações para a carteira de ativos.

Adicionalmente, a GESTORA também poderá contratar outros serviços em nome do fundo que não estejam indicados acima, tais como, exemplificativamente, escritórios de advocacia, consultores especializados, avaliadores independentes, prestadores de serviço de verificação de lastro de

direitos creditórios, dentre outros (em conjunto com os prestadores de serviço indicados anteriormente “Prestadores de Serviços dos Produtos”).

Nestes casos, a GESTORA, na definição de seus procedimentos internos para avaliação dos Prestadores de Serviços dos Produtos, levará em consideração as situações abaixo indicadas para a definição da ABR atribuída ao respectivo prestador e a forma de atuação e monitoramento pela GESTORA:

- a) Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores (e.g. administradores fiduciários, custodiantes, entre outros); e
- b) Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores (distribuidores).

Por fim, conforme previsto nesta Política e em razão da sua dinâmica de atuação, a GESTORA realiza a classificação dos Prestadores de Serviços dos Produtos por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção àqueles que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LDFTP, nos termos a seguir descritos.

4.5.1. Prestadores de Serviços dos Produtos

4.5.1.1. Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores

Não obstante a plena atuação da GESTORA em relação aos Clientes Diretos para fins de cumprimento desta Política e da regulamentação em vigor, nos termos do item 4.4 acima, a GESTORA, no âmbito da sua atuação, leva em consideração, ainda, o seu relacionamento com os Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento contratual com a GESTORA no âmbito do produto sob gestão, mesmo não havendo por tais Prestadores de Serviços dos Produtos o relacionamento comercial direto com os investidores.

Neste sentido, caso a GESTORA participe dos contratos firmados com os Prestadores de Serviços dos Produtos, a exemplo dos administradores fiduciários dos fundos, a GESTORA envidará melhores esforços para fazer constar cláusula contratual atribuindo a obrigação dos Prestadores de Serviços dos Produtos em declarar a observância da regulamentação em vigor relativa à LDFTP, notadamente a Resolução CVM nº 50, caso aplicável.

Caso não seja possível obter tal declaração contratual por parte do Prestador de Serviços do Produto, a Diretora de *Compliance* deverá avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com tal Prestador de Serviços do Produto, sendo certo que, em caso afirmativo, a GESTORA poderá inclusive solicitar o Questionário de *Due Diligence* – ANBIMA do Prestador de Serviços do Produto (“QDD Anbima”), caso existente e aplicável a tal prestador de serviço, para fins de avaliação dos itens relativos à LDFTP.

Por outro lado, caso a GESTORA não possua qualquer relacionamento contratual com o Prestador de Serviços do Produto que não tenha o relacionamento comercial direto com os investidores (tipicamente, os custodiantes auditores, prestadores de serviço de controladoria, escrituração das cotas e tesouraria), a GESTORA estará, portanto, desobrigada de quaisquer providências com relação a tal prestador de serviços.

4.5.1.2. Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores

No caso dos Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores (distribuidores), a GESTORA deverá providenciar um maior escrutínio na avaliação de tal prestador de serviços, conforme determina a regulamentação e a autorregulação em vigor e aqui descrito.

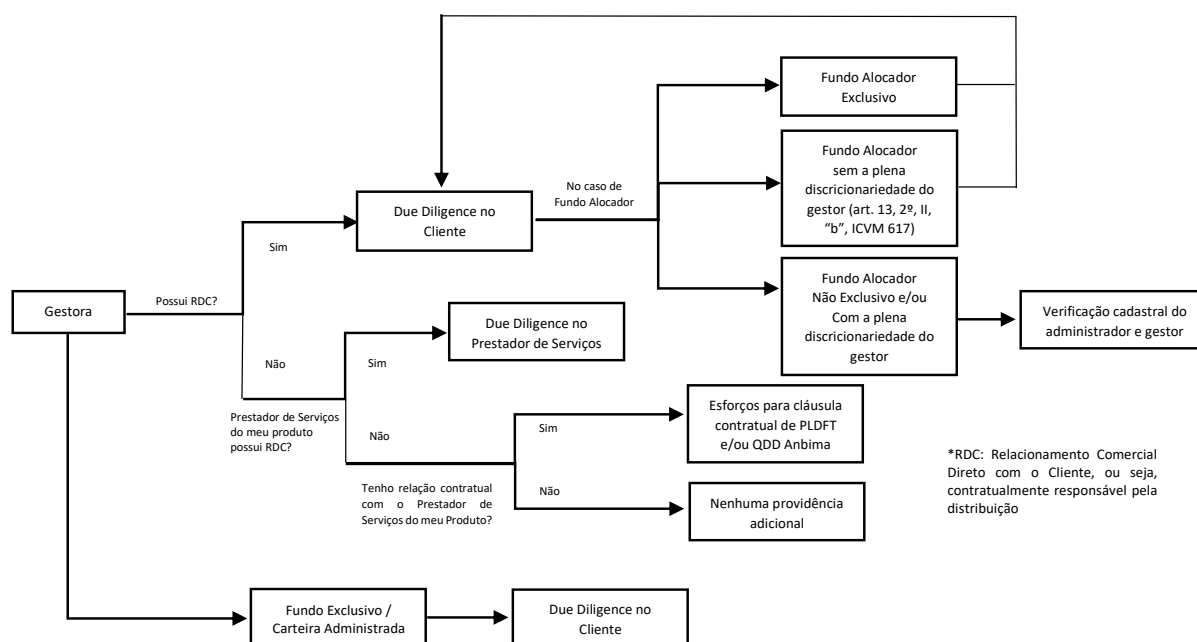
Neste sentido, quanto a estes Prestadores de Serviços dos Produtos, a GESTORA deverá:

- a) Considerar, para fins da abordagem baseada em risco de LDFTP, a partir da solicitação e análise da política de LDFTP, as respectivas regras, procedimentos e controles internos dos Prestadores de Serviços dos Produtos, as quais deverão estar compatíveis com a natureza e relevância do serviço prestado, contemplando critérios definidos mediante a abordagem baseada em risco para os fins necessários, conforme julgamento da Área de *Compliance*, o qual deverá ser passível de verificação;
- b) Obter confirmação da existência de programa de treinamentos periódicos dos funcionários dos Prestadores de Serviços dos Produtos relativamente à LDFTP;
- c) Buscar e implementar mecanismos de intercâmbio de informações com as áreas de controles internos dos Prestadores de Serviços dos Produtos, observados eventuais regimes de sigilo ou restrição de acesso previstos na legislação, devendo a Área de *Compliance* identificar quando do início do relacionamento com os Prestadores de Serviços dos Produtos as respectivas pessoas responsáveis pelo seu fornecimento e avaliar, no âmbito e no decorrer do desempenho das atividades de tais prestadores de serviços, as informações que deverão ser objeto de intercâmbio, buscando a plena atuação dos Prestadores de Serviços dos Produtos nas suas respectivas competências para fins de LDFTP; e
- d) Avaliar a pertinência e a oportunidade de solicitar informações adicionais aos Prestadores de Serviços dos Produtos, por meio dos mecanismos de intercâmbio a que se refere a alínea “(c)” acima, caso aplicáveis, em observância às diretrizes estabelecidas nesta Política.

4.5.2. Fluxograma resumo

De forma a melhor esclarecer a forma de atuação em decorrência da existência de relacionamento comercial direto entre o Cliente Direto e a GESTORA, no tocante a fundos exclusivos sob sua gestão,

destaca-se abaixo o fluxograma de tomada de decisão quanto à verificação a ser realizada, incluindo processo aplicável aos Fundos Alocadores, caso passem a ser uma realidade da GESTORA:



4.5.3. Abordagem Baseada em Risco

- “Vedação”:

Prestadores de Serviços dos Produtos que apresentem riscos incompatíveis com as diretrizes de LDFTP da GESTORA, incluindo, mas não se limitando, à recusa reiterada em fornecer informações mínimas necessárias à avaliação, evidências de envolvimento em práticas ilícitas ou descumprimento grave da regulamentação aplicável, sendo vedada sua contratação ou manutenção.

- “Nível 5 – Alto”:

Prestadores de Serviços dos Produtos que:

- (i) Não aceitem a inclusão de cláusula contratual relativa à observância da regulamentação de LDFTP e apresentem informações insuficientes ou insatisfatórias em seu QDD Anbima, especialmente nos casos indicados nesta Política;
- (ii) Não possuam políticas de LDFTP ou as possuam de forma desatualizada, não aderente à regulamentação vigente, notadamente à Resolução CVM nº 50;
- (iii) Não tenham instituído estrutura mínima de governança, incluindo alta administração responsável;

- (iv) Não tenham nomeado diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas de LDFTP, nos termos da regulamentação aplicável; e/ou
- (v) Tenham sido julgados culpados em processos sancionadores da CVM, nos últimos 5 (cinco) anos, relacionados a falhas na adoção de procedimentos de LDFTP.

- “Nível 4 – Médio”: Prestadores de Serviços dos Produtos que:

- (i) Não possuam, conforme critério de avaliação da GESTORA, política de LDFTP compatível com a natureza e relevância do serviço prestado; e/ou
- (ii) Tenham sido parte, sem decisão final, de processos sancionadores da CVM nos últimos 5 (cinco) anos relacionados a falhas em procedimentos de LDFTP ou processos divulgados em Formulário de Referência.

- “Nível 3 – Médio”: Prestadores de Serviços dos Produtos que:

- (i) Não aceitem a inclusão da cláusula contratual relativa à declaração quanto à observância da regulamentação vigente de LDFTP, notadamente a Resolução CVM nº 50, mas apresentem informações suficientes e satisfatórias em seu QDD Anbima; e/ou
- (ii) Possuam políticas de LDFTP que demandem ajustes relevantes, conforme critério da GESTORA, para adequação plena à regulamentação ou à natureza do serviço prestado.

- “Nível 2 – Médio”: Prestadores de Serviços dos Produtos que apresentem pontos de atenção pontuais, tais como eventuais limitações formais em documentação ou necessidade de aprimoramento não crítico em suas políticas e procedimentos de LDFTP, sem prejuízo da suficiência geral de seus controles.

- “Nível 1 - Baixo”: Prestadores de Serviços dos Produtos não enquadrados em qualquer dos itens acima.

4.5.4. Atuação e Monitoramento

A GESTORA deverá avaliar as situações abaixo listadas e adotá-las como medida de eventual alteração dos critérios de sua classificação de ABR em relação aos Prestadores de Serviços dos Produtos ou das classificações individualmente atribuídas:

- a) A alteração da relevância da prestação de serviço do ponto de vista do risco de LDFTP;
- b) A classificação da área geográfica em que o Prestador de Serviço do Produto está domiciliado;
- c) Se o Prestador de Serviço do Produto tem qualquer relacionamento comercial com PPE;
- d) Se o Prestador de Serviço do Produto é um órgão público ou foi recomendado ou encaminhado à GESTORA por uma Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM nº 50 (“PPE”);
- e) Se o Prestador de Serviço do Produto é ente não regulado;
- f) Se os setores de mercado em que o Prestador de Serviço do Produto está ativo representam risco de LDFTP; e
- g) Se a estrutura de taxas ou o método de pagamento são pouco usuais (tal como requisito para pagamento em dinheiro, pagamento a outras entidades que não o Prestador de Serviço do Produto, pagamento para contas mantidas em países diversos do país em que o Prestador de Serviço do Produto está domiciliado ou onde os serviços são executados).

Ademais, em razão da classificação de risco atribuída aos Prestadores de Serviços dos Produtos, serão tomadas as medidas abaixo indicadas conforme periodicidade aplicável:

- “Vedação”: Não será permitido o início ou a manutenção de relacionamento com prestadores de serviços enquadrados nesta classificação.

- “Nível 5 - Alto”: A Área de *Compliance* e Controles Internos, sob responsabilidade final da Diretora de *Compliance*, deverá avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com tal prestador de serviços, sendo certo que, em caso afirmativo, a GESTORA deverá, a cada 6 (seis) meses:

- (i) Solicitar e avaliar criteriosamente o relatório anual para fins de atendimento da Resolução CVM nº 50;
- (ii) Solicitar evidências da realização de treinamentos periódicos a todos os colaboradores dos prestadores de serviços relativamente à LDFTP;
- (iii) Solicitar o relatório de acompanhamento de eventual plano de ação e procedimentos de melhorias internas adotados no caso de julgamentos no âmbito de processos sancionadores da CVM ou de procedimentos de apuração de irregularidade da ANBIMA;
- (iv) Realizar diligência *in loco* no prestador de serviço, conforme avaliação e oportunidade; e/ou
- (v) Buscar que exista efetivo mecanismo de intercâmbio de informações com as áreas de controles internos dos prestadores de serviços.

- “Nível 4 – Médio”: A cada 12 (doze) meses a GESTORA deverá:

- (i) Realizar o levantamento e a verificação das informações e documentos obtidos quando do início do relacionamento;

- (ii) Monitorar notícias, processos e/ou informações públicas que possam impactar a reputação ou a regularidade do prestador de serviços; e
- (iii) Avaliar a necessidade de atualização das informações cadastrais e de *Compliance*.

- “Nível 3 – Médio”: A cada 18 (dezoito) meses, a GESTORA deverá:

- (i) revisar as informações e documentos obtidos quando do início do relacionamento; e
- (ii) Acompanhar eventuais notícias ou informações públicas relevantes relacionadas ao prestador de serviços.

- “Nível 2 – Médio”: A cada 24 (vinte e quatro) meses, a GESTORA deverá:

- (i) Realizar a atualização das informações cadastrais essenciais do prestador de serviços; e
- (ii) Verificar eventuais apontamentos públicos relevantes.

- “Nível 1 - Baixo”: A cada 36 (trinta e seis) meses a GESTORA deverá realizar o levantamento e a verificação das informações e documentos obtidos dos prestadores de serviços quando do início do relacionamento.

4.6. Agentes Envolvidos nas Operações, Ambientes de Negociação e Registro

A GESTORA, no âmbito de suas atividades, entende que os mercados regulamentados de negociação de ativos, tais como a bolsa de valores e o mercado de balcão organizado, já oferecem adequados procedimentos para fins LDFTP, o que acaba trazendo baixíssimo risco de LDFTP. Por outro lado, no caso de negociações privadas, sendo estas, portanto, fora dos ambientes de bolsa e balcão organizado, a GESTORA entende haver um maior risco de LDFTP, razão pela qual atribui a necessidade de análise mais detalhada das operações.

Desta forma, a GESTORA entende que o ambiente de negociação e registro é mais um dos elementos a serem avaliados e levado em consideração no âmbito da análise geral das operações, a qual levará em consideração, não apenas o ambiente de negociação, mas também a identificação, análise e monitoramento das contrapartes das operações e dos demais agentes relevantes envolvidos, inclusive para fins de definição da sua abordagem baseada em risco, conforme abaixo descrito.

Com isso, nas operações ativas (investimentos), a GESTORA deverá proceder com o levantamento dos documentos e informações dos agentes envolvidos que sejam, no julgamento da GESTORA os efetivamente relevantes para fins de LDFTP, que podem incluir, conforme o caso, a contraparte da operação, o emissor do ativo, os intermediários e consultores, escrituradores e custodiantes (aqueles

efetivamente relevantes denominados “Agentes Envolvidos”) de forma similar àquela adotada quanto aos seus Clientes Diretos (passivo) para fins de aplicação das rotinas e controles relacionados à LDFTP, conforme item 4.4 acima.

No caso das operações ativas, a coleta das informações e documentos, incluindo aqueles listados no Anexo II desta Política, conforme o caso e Agente Envolvido a ser analisado, será realizada conforme procedimentos internos através dos Colaboradores da GESTORA, em dinâmica similar àquela prevista no item 4.4.1.1 em relação aos Clientes Diretos (Processo de Cadastro).

Neste contexto, para as carteiras sob gestão, dentro do princípio da razoabilidade e agindo com bom senso e nos limites das suas atribuições, a GESTORA deverá se utilizar das práticas a seguir descritas.

4.6.1. Processo de Cadastro dos Agentes Envolvidos

A GESTORA deverá coletar os documentos e as informações dos Agentes Envolvidos, incluindo aquelas listadas no Anexo II desta Política, conforme procedimentos internos através de seus Colaboradores.

As informações e documentos serão analisados pela Área de *Compliance*, sendo certo que a Área de *Compliance* poderá, conforme seu melhor julgamento, determinar providências adicionais em relação ao Agente Envolvido, inclusive a realização de visita pessoal, durante o processo de cadastramento, em especial na situação em que os Agentes Envolvidos sejam considerados de risco “Nível 1 - *Alto*” pela GESTORA, na qual será mantido o sigilo acerca de eventuais indícios de LDFTP constatados e que serão devidamente avaliados para fins de comunicação ao regulador e/ou autoridade competente.

O cadastro de Agentes Envolvidos pode ser efetuado e mantido em sistemas eletrônicos, onde será verificado o vencimento do cadastro. O sistema eletrônico deve:

- (a) Possibilitar o acesso imediato aos dados cadastrais; e
- (b) Utilizar tecnologia capaz de cumprir integralmente com o disposto na regulamentação em vigor, nesta Política e demais normas e políticas internas da GESTORA.

O cadastro mantido pela GESTORA deve permitir a identificação da data e do conteúdo de todas as alterações e atualizações realizadas.

O cadastro dos Agentes Envolvidos deve abranger, quando aplicável, as pessoas naturais autorizadas a representá-los, todos seus controladores, diretos e indiretos, e as pessoas naturais

que sobre eles tenham influência significativa³, até alcançar a pessoa natural caracterizada como beneficiário final.

4.6.2. Processo de Identificação de Agentes Envolvidos

A GESTORA aplica o processo de identificação de Agentes Envolvidos adequado às características e especificidades dos negócios. Tal processo visa a prevenir que os Agentes Envolvidos utilizem as carteiras sob gestão para atividades de LDFTP.

Conforme autorregulamentação em vigor, as negociações elencadas a seguir por sua própria natureza e característica, já passaram por processo de verificação, eximindo, observado o parágrafo abaixo, a GESTORA de diligência adicional:

- a) Ofertas públicas iniciais e secundárias de valores mobiliários, registradas de acordo com as normas emitidas pela CVM;
- b) Ofertas públicas com esforços restritos, dispensadas de registro de acordo com as normas emitidas pela CVM;
- c) Ativos emitidos ou negociados por instituição financeira ou equiparada, inclusive no caso de emissões e negociações privadas (*i.e.* operações compromissadas e outras operações cuja contraparte seja uma instituição financeira);
- d) Ativos emitidos por emissores de valores mobiliários registrados na CVM; e
- e) Ativos de mesma natureza econômica daqueles listados acima, quando negociados no exterior, desde que (i) sejam admitidos à negociação em bolsas de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, custódia ou de liquidação financeira, devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida pela CVM, ou (ii) cuja existência tenha sido assegurada por terceiro devidamente autorizados para o exercício da atividade de custódia em países signatários do Tratado de Assunção ou em outras jurisdições, ou supervisionados por autoridade local reconhecida pela CVM.

Por outro lado, a GESTORA diligenciará no processo de identificação dos Agentes Envolvidos caso seja possível tal diligência em razão das circunstâncias e características da operação ou do ativo a ser investido, tais como títulos e valores mobiliários objeto de oferta pública com esforços restritos que tenha sido estruturada, na prática, para classes de fundos de investimento geridos pela GESTORA e/ou para outros alocadores específicos e de forma concentrada, bem como aqueles que tenham sido objeto de distribuição ou negociação privada (renda fixa ou ações), e, ainda,

³ Para os fins desta Política, considera-se “influência significativa” a situação em que uma pessoa natural, seja o controlador ou não, exerça influência de fato nas decisões ou que seja titular de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do capital social das pessoas jurídicas ou do patrimônio líquido dos fundos de investimento e demais entidades nos casos de que tratam os incisos II a V do art. 1º do Anexo 11-B da Resolução CVM nº 50, sem prejuízo da utilização de cadastro simplificado.

Ademais, para efeitos desta Política, considera-se “controlador” a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia.

empreendimentos imobiliários e ativos de crédito privado não excetuadas nos termos do parágrafo acima.

Considerando que a GESTORA realizará a gestão de FIDC, FII e FIF, serão realizados, além dos procedimentos gerais de identificação dos Agentes Envolvidos dispostos no parágrafo acima, procedimentos adicionais e adotados controles internos específicos à natureza e complexidades das operações realizadas pelos produtos para fins especificamente de identificação de eventuais atipicidades para fins de LDFTP, por meio da realização de *due diligence* legal e financeira, adicionalmente às análises relativas aos demais fatores de risco financeiros da operação (mercado, liquidez, crédito, contraparte e concentração), tais como, conforme o caso:

- a) Identificação de todas as partes relevantes envolvidas na operação, analisando a estrutura societária para a verificação de situações que apresentem qualquer atipicidade que deva ser levada em conta para fins de LDFTP, como, por exemplo, estruturas com partes relacionadas em diferentes pontas do ativo, especialmente em situações em que tal parte tenha ingerência na decisão de investimento;
- b) Consulta das listas obrigatórias não apenas em relação à sociedade emissora, detentora ou cedente dos ativos, mas também de seus beneficiários finais e respectivos administradores;
- c) Análise da estrutura de governança dos Agentes Envolvidos, da sua localização geográfica, e da sua reputação e percepção de mercado;
- d) Análise de eventuais atipicidades relativas à situação econômico-financeira (quadro atual e perspectivas/projeções) da empresa objeto do investimento ou da empresa na qualidade de devedora de determinado ativo, ou, ainda, das empresas identificadas como cedentes e sacados das operações, nos casos de classes de fundos de investimento em direitos creditórios e a depender da concentração e representatividade financeira de tais partes na operação;
- e) Análise de eventuais atipicidades nas constituições das garantias relativas aos ativos a serem adquiridos, inclusive com relação à observância dos requisitos formais para sua constituição e às avaliações de adequação do(s) tipo(s) de garantia(s) escolhidas para determinado ativo;
- f) Análise da origem do ativo e suas negociações ao longo do tempo até a aquisição pela contraparte, caso aplicável ao caso;
- g) Análise e verificação da adequação da precificação do ativo;
- h) Em se tratando especificamente de empreendimentos imobiliários, análise da viabilidade do projeto, a demanda, potencial de valor geral de venda - VGV, renda e demais riscos relacionados tipicamente ao tipo de estrutura, bem como o nível de adequação das premissas negociais do ativo, incluindo o preço, condições de pagamento e remuneração dos intermediários;
- i) Em relação aos ativos securitizados, análise acerca de eventual atipicidade em relação à adequação do lastro, do fluxo de pagamento do ativo e da qualidade da(s) garantia(s) apresentadas; e/ou
- j) Realização de visita *in loco* nos Agentes Envolvidos, caso necessário.

Ademais, a GESTORA deverá buscar que os contratos relevantes a serem firmados com as contrapartes no âmbito das operações acima contemple cláusula expressa de declaração das partes quanto à observância integral da legislação e regulamentação de LDFTP aplicáveis.

No caso das negociações privadas que tenham como contraparte outros fundos de investimento, a GESTORA poderá solicitar exclusivamente as informações cadastrais indicadas no Anexo II em relação ao administrador fiduciário e ao gestor de recursos de tal fundo de investimento, e não dos demais Agentes Envolvidos.

Em havendo necessidade, conforme avaliação da Área de *Compliance*, poderá ainda ser requisitado o QDD Anbima do administrador fiduciário e do gestor da carteira do fundo de investimento, para fins de verificação dos itens relativos aos procedimentos adotados para LDFTP.

Por fim, para o pleno atendimento das regras de LDFTP constantes da regulamentação e autorregulamentação em vigor, a GESTORA adota, observados eventuais regimes de sigilo ou restrição de acesso previstos na legislação, o intercâmbio de informações com o administrador fiduciário dos fundos de investimento sob sua gestão. Dentro desse mecanismo, a GESTORA deverá comunicar o administrador fiduciário: (i) caso a GESTORA identifique, na contraparte das operações realizadas pelos fundos sob sua gestão, a participação de PEP, de organização sem fins lucrativos, nos termos da legislação específica, ou, ainda, de pessoas com sede em jurisdição *offshore* que (i.1) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (i.2) faça parte de lista de sanções ou restrições emanadas pelo CSNU, CEIS, CNEP, CEPIM, LENIÊNCIA, TCU, CNJ, CGU, entre outras listas de sanções ou restrições; ou (i.3) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO, e (ii) em relação às operações que tenham sido objeto de comunicação ao COAF pela GESTORA, nos termos do item 5 abaixo.

4.6.3. Monitoramento: Controle do Preço dos Ativos e Valores Mobiliários Negociados

A GESTORA adota procedimentos com vistas a controlar e monitorar a faixa de preços dos ativos negociados para as carteiras sob sua gestão, de modo que eventuais operações efetuadas fora dos padrões praticados no mercado, de acordo com as características do negócio, sejam identificadas e, se for o caso, comunicadas aos órgãos reguladores e/ou às autoridades competentes.

Neste sentido, os direitos creditórios e os ativos financeiros integrantes das carteiras das classes de fundos são precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, atendendo a critérios consistentes e passíveis de verificação, assim como deve-se levar em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características

da correspondente operação, conforme metodologia a ser descrita nos respectivos documentos regulatórios da classe.

Não obstante, tendo em vista a dificuldade de atualização diária e consequente precificação dos ativos, poderá ser considerado o custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos ou da atualização monetária aplicável (preço ao par ou curva do papel).

Ademais, residualmente, ressalta-se que o túnel para títulos públicos verifica se o preço negociado está abaixo ou acima de um percentual dos preços máximo e mínimo divulgado pela ANBIMA e o túnel de preço para os demais ativos líquidos verifica se o preço está abaixo ou acima de um percentual do preço de mercado da hora.

4.6.4. Abordagem Baseada em Risco

As situações listadas abaixo podem configurar indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, ou podem com eles relacionar-se, devendo a GESTORA atribuir maior atenção no âmbito das suas operações para fins de manutenção e/ou alteração da classificação de ABR atribuída, bem como quanto à necessidade de providências adicionais junto às autoridades competentes:

- a) Apresentação de irregularidades relacionadas aos procedimentos de identificação e registro das operações exigidos pela regulamentação vigente;
- b) Situações em que qualquer Agente Envolvido apresente aparente propósito oculto ou comportamento não usual na solicitação da operação;
- c) Quaisquer operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de ativos e valores mobiliários envolvendo pessoas relacionadas com atos terroristas, com o financiamento do terrorismo e/ou com o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa listadas pelo CSNU;
- d) Realização de operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, qualquer que seja o valor da aplicação, por pessoas que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme o disposto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;
- e) Operações que envolvam ativos alcançados por sanções impostas pelas resoluções do CSNU de que trata a Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, bem com os alcançados por requerimento de medida de indisponibilidade oriundo de autoridade central estrangeira de que se venha a ter conhecimento;
- f) Movimentação passível de ser associada ao financiamento do terrorismo ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, conforme o disposto nas Leis nº 13.260, de 16 de março de 2016 e 13.810, de 8 de março de 2019;
- g) Operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários fora dos padrões praticados no mercado;

- h) Operações que resultem em elevados ganhos para os Agentes Envolvidos, em desproporção com a natureza dos serviços efetivamente prestados;
- i) Investimentos significativos em produtos de baixa rentabilidade e liquidez, considerando a natureza do fundo;
- j) Operações nas quais haja deterioração do ativo sem fundamento econômico que a justifique;
- k) Operações com participação de Agentes Envolvidos, pessoas naturais, jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas, bem como com ativos de jurisdição *offshore* que: (i) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (ii) com tributação favorecida e submetidos a regimes fiscais privilegiados, conforme normas emanadas pela Receita Federal do Brasil; (iii) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO;
- l) Operações que envolvam a participação de banco que não tenha presença física e que não seja afiliado a grupo financeiro regulamentado (*“shell banks”*); e
- m) Operações realizadas entre as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes, nas quais haja seguidos ganhos ou perdas no que se refere a algum dos Agentes Envolvidos;
- n) Operações que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume ou frequência de negócios de qualquer dos Agentes Envolvidos;
- o) Operações cujos desdobramentos contemplem características que possam constituir artifício para burla da identificação dos efetivos Agentes Envolvidos e beneficiários respectivos;
- p) Operações que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelos Agentes Envolvidos;
- q) Operações em que não seja possível identificar os beneficiários finais dos Agentes Envolvidos;
- r) Operações com transferências privadas de recursos e valores mobiliários sem motivação aparente; e
- s) Agentes Envolvidos com relação aos quais existam notícias desabonadoras na mídia que tenham relevância para fins de LDFTP.

Os Agentes Envolvidos serão classificados da seguinte forma:

- “Vedação”: Agentes Envolvidos que apresentem pelo menos uma das seguintes características:
 - (i) Casos em que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha condenação transitada em julgado, por crime contra o Sistema Financeiro Nacional, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e trabalho escravo em face do Agente Envolvido ou dos sócios diretos;

- (ii) Com cadastros vigentes em listas restritivas nacionais (CEIS, CNEP, CEPIM, LENIÊNICA, TCU, CNJ, CGU, entre outras) e/ou internacionais;
- (iii) Que sejam considerados ONGs, empresas de jogos de azar, criptomoedas, Bets, pedras preciosas, mineração, órgãos públicos;
- (iv) Com CNPJ inativo;
- (v) Que possuam sócios procurados pela Interpol; e
- (vi) Quaisquer outros casos que, a critério da Diretoria de Compliance sejam passíveis de vedação visando a proteção regulatória e de risco de imagem para a Instituição. Para tanto, os argumentos deverão ser apresentados em Comitê de Compliance e/ou Reunião de PLD/FTP.

- “Nível 5 – Alto”:

Agentes Envolvidos que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- (i) Que possuam sócios (pessoas físicas ou jurídicas) diretos investigados em Operações da Polícia Federal, MP ou qualquer órgão público (investigações em andamento);
- (ii) Casos em que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha condenação não transitada em julgado para crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, trabalho escravo ou condições análogas à escravidão, em face do Agente Envolvido ou dos sócios diretos;
- (iii) Que possuam em seu quadro societário Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- (iv) Com menos de 1 (um) ano de constituição;
- (v) Que possuam processos em curso para apuração de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, lavagem de dinheiro, corrupção, trabalho escravo em face do Agente Envolvido ou de seus sócios;
- (vi) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) diretos com condenação por reguladores (CVM, ANBIMA, BACEN, entre outros);
- (vii) Com estrutura societária complexa, sem a possibilidade de identificação do beneficiário final, mesmo após os pedidos de esclarecimentos;
- (viii) Que possuam sócios com mandado de prisão;
- (ix) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) diretos com cadastro ativo em listas restritivas nacionais (CEIS, CNEP, CEPIM, LENIÊNICA, TCU, CNJ, CGU, entre outras) e/ou internacionais;
- (x) Quaisquer outros casos que, a critério da Diretoria de Compliance sejam passíveis de alocação nesta categoria visando a proteção regulatória e de risco de imagem para a GESTORA.

- “Nível 4 – Médio”:

Agentes Envolvidos que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- (i) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) localizados em países considerados Paraíso Fiscal (estrutura *offshore*);
- (ii) Ligação direta com Pessoa Exposta Politicamente (PEP) Primário (parentesco direto);
- (iii) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) diretos com processo em curso por reguladores (CVM, ANBIMA, BACEN, entre outros);
- (iv) Ligação com empresas ou sócios indiretos investigados e/ou condenados em Operações da Polícia Federal ou derivadas de quaisquer outros órgãos;
- (v) Que possuam cadastro inativo em listas restritivas nacionais e/ou internacionais (últimos 5 (cinco) anos);
- (vi) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) diretos investigados em Operações da Polícia Federal ou quaisquer outros órgãos, que não tenham sido condenados (investigações encerradas) – casos apenas de mídias, sem comprovação de processos criminais;
- (vii) Sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) indiretos com cadastros ativos em listas restritivas nacionais e/ou internacionais; e
- (viii) Quaisquer outros casos que, a critério da Diretoria de Compliance sejam passíveis de alocação nesta categoria visando a proteção regulatória e de risco de imagem para a Instituição.

-“Nível 3 – Médio”:

Agentes Envolvidos que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- (i) Ligação indireta com PEP Primário; (com relação de parentesco indireto ou através de sociedades empresariais);
- (ii) Ligação indireta com pessoas físicas ou jurídicas que tenham cadastro ativo em Listas Restritivas Nacionais e/ou Internacionais;
- (iii) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) diretos condenados por crime de sonegação fiscal, tributário ou ambiental;
- (iv) Que possuam sócios diretos que tenham realizado doações políticas no valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (v) Que tenham menos de 3 (três) anos de constituição;
- (vi) Que tenha sido autuado ou possuem embargos do IBAMA; e
- (vii) Quaisquer outros casos que, a critério da Diretoria de Compliance sejam passíveis de alocação nesta categoria visando a proteção regulatória e de risco de imagem para a GESTORA.

- “Nível 2 – Médio”: Agentes Envolvidos que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- (i) Que estejam em Recuperação Judicial e/ou com Pedido de Cautelar antecedente à RJ e ou com elevado passivo trabalhista, fiscal e cível;
- (ii) Que possuam sócios diretos que tenham realizado doações políticas no valor inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (iii) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) diretos com processo em curso para a apuração de crime de sonegação fiscal e tributário, sem condenação;
- (iv) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) indiretos com cadastro inativo em listas restritivas nacionais e/ou internacionais (últimos 5 (cinco) anos);
- (v) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) indiretos com processo em curso por reguladores (CVM, ANBIMA, BACEN);
- (vi) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) diretos com processo arquivado por reguladores (CVM, ANBIMA, BACEN);
- (vii) Que possuam sócios (pessoas físicas e/ou jurídicas) diretos com processo em curso para a apuração de crime de ambiental, sem condenação; e
- (viii) Quaisquer outros casos que, a critério da Diretoria de Compliance sejam passíveis de alocação nesta categoria visando a proteção regulatória e de risco de imagem para a Instituição.

-“*Nível 1 – Baixo*”: Agentes Envolvidos que não apresentem nenhuma das características listadas acima.

Adicionalmente ao monitoramento das operações e situações acima, a GESTORA realiza a classificação das operações por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção àquelas que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LDFTP, conforme abaixo:

- “*Vedação*”: Operações que apresentem riscos incompatíveis com as diretrizes de LDFTP da GESTORA, incluindo, mas não se limitando, àquelas com indícios relevantes de ilicitude, ausência substancial de informações essenciais ou envolvimento com jurisdições ou partes sujeitas a sanções que impeçam sua adequada avaliação e monitoramento, sendo vedada sua realização.

- “*Nível 5 – Alto*”: Operações que apresentam pelo menos uma das seguintes características:

- (i) Operações de financiamento que contem com partes relacionadas em diferentes pontas;
- (ii) Envolvam Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- (iii) Apresentem precariedade relevante de informações financeiras e legais dos agentes envolvidos, do lastro, ou inconsistências materiais, bem como mudanças repentinas e injustificadas nas condições de mercado;

(iv) Sejam de emissores com sede em jurisdição *offshore* que: (a) seja classificada por organismos internacionais, especialmente o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas em LDFTP; (b) conste em listas de sanções de CSNU; e/ou (c) não possua órgão regulador com acordo de cooperação com a CVM ou não seja signatária do memorando multilateral da OICV/IOSCO.

- “Nível 4 – Médio”:

Operações que:

- (i) Envolvam negociações privadas, incluindo aquelas típicas de *private equity*; e/ou
- (ii) Apresentem maior complexidade estrutural ou menor grau de transparência das informações disponíveis.

- “Nível 3 – Médio”:

Operações que:

- (i) Envolvam ativos classificados como “estruturados”, incluindo *private equity*, imobiliário e direitos creditórios realizados em mercados regulamentados; e/ou
- (ii) Envolvam ativos de baixa liquidez, ainda que negociados em ambientes organizados.

- “Nível 2 – Médio”:

Operações que:

- (i) Envolvam ativos negociados em mercados organizados, com menor liquidez relativa; e/ou
- (ii) Apresentem estrutura padrão, mas com necessidade de acompanhamento pontual.

- “Nível 1 - Baixo”:

Operações não listadas acima, tais como aquelas que exigem a GESTORA de diligências adicionais.

Após as providências iniciais quando da realização da negociação em relação aos Agentes Envolvidos, a GESTORA realizará, ainda, o monitoramento constante destes ativos e respectivos Agentes Envolvidos, sempre buscando pela manutenção da legitimidade, adequação e atualização cadastral. A Área de Gestão da GESTORA e a Área de *Compliance* destinarão especial atenção para aqueles ativos classificados como de risco “Nível 5 - Alto”, devendo monitorar continuamente e de maneira diferenciada a relação de negócio e as propostas apresentadas, bem como eventos extraordinários, principalmente os relacionados ao fluxo de pagamento dos Ativos.

4.6.5. Atuação e Monitoramento

- “Vedação”: Operações enquadradas nesta classificação não poderão ser realizadas ou mantidas pela GESTORA.

- “Nível 5 - Alto”: A cada 6 (seis) meses a GESTORA deverá verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação.

- “Nível 4 - Médio”: A cada 12 (doze) meses a GESTORA deverá verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação.

- “Nível 3 – Médio”: A cada 18 (dezoito) meses, a GESTORA deverá verificar a situação do ativo e revisar as principais informações e documentos relacionados aos Agentes Envolvidos.

- “Nível 2 – Médio”: A cada 24 (vinte e quatro) meses, a GESTORA deverá verificar a situação do ativo e realizar atualização cadastral simplificada dos Agentes Envolvidos.

- “Nível 1 - Baixo”: A cada 36 (trinta e seis) meses a GESTORA deverá verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação, salvo se as operações eximirem a GESTORA de diligências adicionais.

5. Comunicação

A GESTORA, no limite de suas atribuições, manterá registro e monitoramento de toda transação realizada pelos produtos sob gestão e pelos Clientes Diretos, conforme o caso, de forma a observar toda e qualquer atipicidade que configure indício ou mera suspeita de prática de LDFTP, nos termos desta Política, e a permitir:

- a) As tempestivas comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”);
- b) A verificação da movimentação financeira de cada Cliente Direto, em face da situação patrimonial e financeira constante de seu cadastro, considerando: (i) os valores pagos a título de aplicação e resgate em cotas de classes de fundos; e (ii) as transferências em moeda corrente ou integralização em ativos financeiros para as contas dos Clientes Diretos; e
- c) A verificação de atipicidades nas operações em que a GESTORA tenha conhecimento, independentemente da efetiva aquisição do ativo para os produtos sob gestão, considerando: (i) os agentes envolvidos e suas partes relacionadas; (ii) a estrutura do ativo; e (iii) a existência

de eventos extraordinários, principalmente, mas não limitado aos casos que acabem por afetar o fluxo de pagamento dos ativos.

A conclusão do tratamento dos alertas oriundos do monitoramento deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias da data da geração do alerta, ressalvado que referido prazo não se aplica às situações descritas no item 7.1 abaixo, as quais exigem atuação imediata pela GESTORA.

Neste sentido, caso a Área de *Compliance* da GESTORA, após análise final do Comitê de *Compliance*, Controles Internos, Ética e Risco, entenda pela existência da materialidade dos indícios existentes, será realizada a comunicação formal ao COAF, sob responsabilidade da Diretora de *Compliance*, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da conclusão que, objetivamente, permita fazê-lo, todas as transações, ou propostas de transação, que possam ser consideradas como sérios indícios de crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de infração penal, conforme disposto no artigo 1º da Lei nº 9.613, inclusive o terrorismo ou seu financiamento, ou com eles relacionar-se, em que: (i) se verifiquem características excepcionais no que se refere às partes envolvidas, forma de realização ou instrumentos utilizados; ou (ii) falte, objetivamente, fundamento econômico ou legal.

Os Colaboradores devem guardar absoluto sigilo referente às comunicações efetuadas sobre LDFTP e em hipótese alguma podem revelar ou dar ciência do ocorrido a outras pessoas que não sejam aquelas da Área *Compliance* e, sobretudo, às pessoas com relação às quais se refira a informação. Não obstante, a Área de *Compliance* deverá dar ciência das comunicações mencionadas acima à área responsável do administrador fiduciário dos fundos de investimento sob gestão da GESTORA, nos termos do último parágrafo do item 4.6.1 acima.

Cada reporte deverá ser trabalhado individualmente e fundamentado da maneira mais detalhada possível, sendo que dele deverão constar, sempre que aplicável, as seguintes informações:

- a) Data de início de relacionamento da GESTORA com a pessoa autora ou envolvida na operação ou situação;
- b) A explicação fundamentada dos sinais de alerta identificados;
- c) A descrição e o detalhamento das características das operações realizadas;
- d) A apresentação das informações obtidas por meio das diligências previstas nesta Política, inclusive informando tratar-se, ou não, de PEP, e que detalhem o comportamento da pessoa comunicada; e
- e) A conclusão da análise, incluindo o relato fundamentado que caracterize os sinais de alerta identificados como uma situação suspeita a ser comunicada para o COAF, contendo minimamente as informações definidas nos itens acima.

O simples reporte realizado pela GESTORA não compõe de forma alguma isenção da adequada verificação da operação suspeita pela Área de *Compliance*, notadamente pela Diretora de *Compliance*, que sempre deverá observar a diligência caso a caso, realizando, assim, comunicações

que cumpram com o objetivo da regulamentação de LDFTP e colaborem com as atividades de fiscalização dos órgãos e entidades de regulação e autorregulação.

Todas as comunicações e documentos que fundamentaram a comunicação realizada ao COAF ou, conforme o caso, a decisão pela não realização da comunicação, deverão ser arquivados pela GESTORA pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data do evento. Além disso, a GESTORA se compromete a observar a obrigação de confidencialidade acerca de tais informações e documentos, restringindo o seu acesso, exclusivamente, aos Colaboradores envolvidos no processo de análise.

A GESTORA e todas as pessoas físicas a ela vinculadas registradas junto à CVM, desde que não tenha sido prestada nenhuma comunicação acima ao COAF, devem comunicar à CVM, anualmente, até o último dia útil do mês de **abril**, por meio dos mecanismos estabelecidos no convênio celebrado entre a CVM e o COAF, a não ocorrência no ano civil anterior de situações, operações ou propostas de operações passíveis de serem comunicadas (**declaração negativa**).

Será de responsabilidade da Diretora de *Compliance* as comunicações relativas à GESTORA descritas acima.

6. Políticas de Treinamento

O treinamento de LDFTP abordará as informações contempladas na presente Política, conforme conteúdo programático a ser definido pela Área de *Compliance*.

O treinamento de reciclagem dos Colaboradores será realizado ordinariamente a cada 12 meses, ou extraordinariamente, a critério da Área de *Compliance*, em periodicidade inferior, sendo obrigatório a todos os Colaboradores e aos prestadores de serviço habituais da GESTORA. A Área de *Compliance* deverá manter evidências da participação de todos os Colaboradores, sendo certo que tais comprovações permanecerão arquivadas pela Área de *Compliance* por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

Quando do ingresso de um novo Colaborador, a Área de *Compliance* aplicará o devido treinamento de forma individual para o novo Colaborador. A Área de *Compliance* poderá, ainda, conforme entender necessário, promover treinamentos esporádicos visando manter os Colaboradores constantemente atualizados em relação à presente Política.

7. Prevenção do Financiamento ao Terrorismo e do Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa

A GESTORA se compromete a monitorar as listas obrigatórias divulgadas pelo CSNU⁴, GAFI⁵ e CVM, e avaliará a necessidade de verificação de listas adicionais, tais como aquelas recomendadas pelos demais órgãos e entidades de regulação e autorregulação que tenham aplicabilidade ao mercado financeiro e de capitais brasileiro para a prevenção ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

Por fim, a Diretora de *Compliance* é a encarregada em manter as práticas da GESTORA atualizadas em relação às melhores práticas e à regulamentação vigente, inclusive com treinamentos periódicos que contemplem a observância dos Colaboradores quanto à prevenção ao financiamento ao terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

7.1. Cumprimento de Sanções Impostas por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A GESTORA deverá identificar Clientes Diretos que sejam alcançados pelas determinações de indisponibilidade de ativos, nos termos das Leis nº 13.810, de 8 de março de 2019, e do Art. 27 da Resolução CVM nº 50, bem como deverá cumprir imediatamente, e sem aviso prévio aos eventuais Clientes Diretos eventualmente sancionados, as medidas estabelecidas nas resoluções sancionatórias do CSNU ou as designações de seus comitês de sanções que determinem a indisponibilidade de ativos de titularidade, direta ou indiretamente, de Clientes Diretos que eventualmente sofram as referidas sanções, sem prejuízo do dever de cumprir determinações judiciais de indisponibilidade, nos termos da regulamentação em vigor e nos limites das atribuições da GESTORA.

No limite das suas atribuições, a GESTORA, por meio da Área de *Compliance*, monitorará, direta e permanentemente, as determinações de indisponibilidade mencionadas acima acompanhando para tanto as informações divulgadas na página do CSNU na rede mundial de computadores. Para estes casos as providências deverão ser tomadas imediata e diretamente, sem qualquer avaliação ou classificação prévia de ABR.

Neste sentido, a Área de *Compliance* deverá, ainda:

- a) Informar, sem demora, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (“MJSP”) e à CVM, a existência de pessoas e ativos sujeitos às determinações de indisponibilidade a que deixaram de dar o imediato cumprimento, justificando as razões para tanto;
- b) Comunicar imediatamente a indisponibilidade de ativos e as tentativas de sua transferência relacionadas aos Clientes Diretos sancionados ao MJSP, à CVM e ao COAF;

⁴ <https://www.un.org/securitycouncil/content/un-sc-consolidated-list>

⁵ [https://www.fatf-gafi.org/publications/high-risk-and-other-monitored-jurisdictions/?hf=10&b=0&s=desc\(fatf_releasedate\)](https://www.fatf-gafi.org/publications/high-risk-and-other-monitored-jurisdictions/?hf=10&b=0&s=desc(fatf_releasedate))

- c) Manter sob verificação a existência ou o surgimento, em seu âmbito, de ativos alcançados pelas determinações de indisponibilidade, para efeito de atribuir a tais ativos imediatamente, tão logo detectados, o regime de indisponibilidade; e
- d) Proceder ao imediato levantamento da indisponibilidade de ativos, na hipótese de exclusão dos Clientes Diretos eventualmente sancionados das listas do CSNU ou de seus comitês de sanções.

Por fim, caso a GESTORA não seja a responsável por qualquer das medidas a serem tomadas relativamente ao Cliente Direto em cumprimento ao disposto acima, deverá proceder prontamente com a notificação ao prestador de serviços responsável para tanto.

8. Testes de Aderência e Indicadores de Efetividade

Como forma de assegurar a efetividade desta Política, a GESTORA realizará, anualmente, testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos, bem como a avaliação dos indicadores de efetividade das medidas adotadas, fazendo constar do Relatório de LDFTP (definido abaixo) a respectiva conclusão.

Neste sentido, a *Área de Compliance* realizará a análise com base nos seguintes critérios e indicadores de eficiência, de forma conjunta:

CrITÉRIOS Externos:

Análise de Correspondência: das operações que tenham sido objeto de notificações, autuações ou comunicados provenientes de autoridades públicas e/ou órgãos e entidades de regulação e autorregulação que constatem indícios de atipicidades para fins de LDFTP, deverá ser definido em termos percentuais quantas foram objeto de avaliação prévia pela GESTORA em função de indício ou mera suspeita de prática de LDFTP.

Indicador de Eficácia	% de Correspondência
Alta	Acima de 91
Adequada	De 71 a 90
Moderada	De 51 a 70
Baixa	De 0 a 50

Análise de Adequação: das operações que tenham sido objeto de comunicação pela GESTORA a autoridades públicas e/ou órgãos e entidades de regulação e autorregulação em função de indícios de atipicidades para fins de LDFTP, deverá ser definido em termos percentuais quantas foram consideradas materialmente relevantes por tais autoridades *.

Indicador de Eficácia	% de Adequação
Alta	Acima de 91

Adequada	De 71 a 90
Moderada	De 51 a 70
Baixa	De 0 a 50

A GESTORA destaca que o critério de Análise de Adequação apenas levará em conta os dados públicos e/ou informações que a GESTORA tenha conhecimento, sendo, de qualquer forma, desconsiderados do cálculo do indicador de efetividade as comunicações realizadas pela GESTORA nos casos em que não haja manifestação formal por parte das autoridades reconhecendo os indícios de materialidade da comunicação (ex.: instauração de procedimento administrativo, oferecimento de denúncia, condenações etc.).

Critérios Internos:

Análise de Treinamento: percentual dos Colaboradores que compareceram aos treinamentos da GESTORA em relação ao total do quadro de Colaboradores.

Indicador de Eficácia	% de Comparecimento Tempestivo
Alta	Acima de 91
Adequada	De 71 a 90
Moderada	De 51 a 70
Baixa	De 0 a 50

Análise de Rendimento: percentual correspondente à média total obtida pelos Colaboradores em eventuais testes relativos à LDFTP aplicados pela GESTORA.

Indicador de Eficácia	% de Acertos
Alta	Acima de 91
Adequada	De 71 a 90
Moderada	De 51 a 70
Baixa	De 0 a 50

Análise de Obrigações Regulatórias: percentual das situações em que a GESTORA tenha cumprido tempestivamente os prazos de detecção, análise e comunicações de atividades suspeitas previstos nesta Política.

Indicador de Eficácia	% de Tempestividade
Alta	Acima de 91
Adequada	De 71 a 90
Moderada	De 51 a 70
Baixa	De 0 a 50

Análise de Solicitações de ABR: percentual do efetivo recebimento pela GESTORA em resposta às suas solicitações de documentos e informações relativos aos procedimentos definidos nesta Política com base nas respectivas ABRs.

Indicador de Eficácia	% de Atendimento
Alta	Acima de 91
Adequada	De 71 a 90
Moderada	De 51 a 70
Baixa	De 0 a 50

Com base na análise conjunta dos indicadores de efetividade descritos nesta Política, a GESTORA avaliará a necessidade de reavaliação dos critérios de ABR, bem como dos procedimentos e fluxos internos de detecção, análise e comunicação de operações e situações atípicas, sendo certo que caso o resultado geral e/ou individual de cada indicador de efetividade seja considerado como moderado ou baixo, a GESTORA necessariamente realizará a reavaliação para fins de LDFTP.

9. Relatório Anual

A Diretora de *Compliance* emitirá relatório **anual** relativo à avaliação interna de risco de LDFTP, e encaminhará para a Alta Administração, até o último dia útil do mês de **abril** de cada ano (“Relatório de LDFTP”), com informações relativas ao ano anterior, contendo, conforme aplicável:

- a) Todos os Serviços Prestados, Produtos Oferecidos, Canais de Distribuição, Clientes Diretos, Prestadores de Serviços, Agentes Envolvidos e Ambientes de Negociação e Registro em que a GESTORA atuou, segmentando-os em baixo, médio e alto risco de LDFTP, conforme classificação prevista nesta Política;
- b) A identificação e a análise das situações de risco de LDFTP, considerando as respectivas ameaças, vulnerabilidades e consequências;
- c) Se aplicável, a análise da atuação das corretoras de títulos e valores mobiliários e/ou intermediários contratados para a realização de operações para as carteiras; e
- d) Tabela relativa ao ano anterior, contendo:
 - i. O número consolidado das operações e situações atípicas detectadas, segregadas por cada hipótese, nos termos do Art. 20 da Resolução CVM nº 50;
 - ii. O número de análises de operações e situações atípicas que podem configurar indícios de LDFTP, nos termos do Art. 21 da Resolução CVM nº 50;
 - iii. O número de comunicações de operações suspeitas reportadas para o COAF, conforme disposto no Art. 22 da Resolução CVM nº 50; e
 - iv. A data do reporte da declaração negativa de ocorrência de situações, operações ou propostas de operações passíveis de serem comunicadas, se for o caso, conforme disposto no Art. 23 da Resolução CVM nº 50.
- e) As medidas adotadas para o tratamento e mitigação dos riscos identificados para continuamente conhecer os Clientes Diretos ativos, os Colaboradores e os prestadores de

serviços relevantes, em atendimento ao disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso II do Art. 4º da Resolução CVM nº 50;

- f) A apresentação dos indicadores de efetividade da presente Política;
- g) A apresentação, caso aplicável, de recomendações visando mitigar os riscos identificados do exercício anterior que ainda não foram devidamente tratados, contendo:
 - i. Possíveis alterações nas diretrizes previstas na presente Política; e
 - ii. Aprimoramento das regras, procedimentos e controles internos previstos na presente Política, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento.
- h) A indicação da efetividade das recomendações adotadas referidas no item “(g)” acima em relação ao relatório respectivamente anterior, de acordo com a metodologia para tratamento e mitigação dos riscos identificados, registrando de forma individualizada os resultados.

O Relatório de LDFTP ficará à disposição da CVM e, se for o caso, da entidade autorreguladora, na sede da GESTORA.

Adicionalmente, o Relatório de LDFTP poderá ser elaborado em documento único ou compor o relatório a que se refere o Art. 25 da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, observadas as exigências da regulamentação aplicável.

10. Histórico de Atualizações

A presente Política deverá ser revista, no mínimo, anualmente, levando-se em consideração, dentre outras questões, mudanças regulatórias ou eventuais deficiências encontradas. Esta Política poderá ser também revista a qualquer momento, sempre que a Diretora de *Compliance* ou a Alta Administração entender necessário.

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsáveis
Fevereiro de 2022	1ª Versão	Diretora de <i>Compliance</i> e de Gestão de Risco e Alta Administração
Janeiro de 2024	2ª Versão	Diretora de <i>Compliance</i> e de Gestão de Risco e Alta Administração
Janeiro de 2025	3ª Versão	Diretora de <i>Compliance</i> e de Gestão de Risco e Alta Administração
Janeiro de 2026	4ª Versão	Diretora de <i>Compliance</i> e Alta Administração
Abril de 2026	5ª Versão e atual	Diretora de <i>Compliance</i> e Alta Administração

ANEXO I
TERMO DE RECEBIMENTO E COMPROMISSO

Por meio deste instrumento eu, _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____.____.____-__, DECLARO para os devidos fins:

- (i) Ter recebido, na presente data, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa – PLDFTP e de Cadastro (“Política”) da INTRABANK Asset Management Ltda. (“GESTORA”);
- (ii) Ter lido, sanado todas as minhas dúvidas e entendido integralmente as disposições constantes na Política, incluindo as possíveis sanções decorrentes de condutas contrárias à regulamentação e as responsabilizações daí advindas;
- (iii) Estar ciente de que a Política como um todo passa a fazer parte dos meus deveres como Colaborador/Prestador da GESTORA, incorporando-se às demais regras internas adotadas pela GESTORA; e
- (iv) Estar ciente do meu compromisso de comunicar à Diretora de *Compliance*, conforme definida na Política, qualquer situação que chegue ao meu conhecimento que esteja em desacordo com as regras descritas na Política.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

[COLABORADOR]

ANEXO II

DOCUMENTOS CADASTRAIS

A GESTORA efetua o cadastro de seus Clientes Diretos, Prestadores de Serviços dos Produtos e Agentes Envolvidos, conforme aplicável, mediante o preenchimento de ficha cadastral, que contém as informações mínimas exigidas pela Resolução CVM nº 50, e quaisquer outras julgadas relevantes pela Diretora de *Compliance*.

Para o processo de cadastro, a GESTORA obtém, ainda, os seguintes documentos:

(a) Se Pessoa Natural:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de residência ou domicílio;
- (iii) procuração, se for o caso;
- (iv) documento de identidade do procurador e respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF, se for o caso; e
- (v) cartão de assinatura datado e assinado.

(b) Se Pessoa Jurídica ou similar:

- (i) cópia do cartão de inscrição no CNPJ/MF;
- (ii) documento de constituição da pessoa jurídica devidamente atualizado e registrado no órgão competente;
- (iii) atos societários que indiquem os administradores da pessoa jurídica, se for o caso;
- (iv) documento de identidade dos administradores da pessoa jurídica;
- (v) documentação relacionada à abertura da cadeia societária da empresa até o nível dos beneficiários finais, providenciando, para tanto, os documentos de identidade descritos na alínea “(a)” acima para cada beneficiário final identificado;
- (vi) procuração, se for o caso;
- (vii) documento de identidade do procurador e respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF, se for o caso;
- (viii) cartão de assinaturas datado e assinado pelos representantes legais da pessoa jurídica; e
- (ix) cópia do comprovante de endereço da sede da pessoa jurídica.

(c) Se Investidores Não Residentes:

Além do descrito acima, deverá conter, adicionalmente:

- (i) os nomes e respectivos CPF/MF das pessoas naturais autorizadas a emitir ordens e, conforme o caso, dos administradores da instituição ou responsáveis pela administração da carteira;
- (ii) os nomes e respectivos números de CPF/MF dos representantes legais e do responsável pela custódia dos seus valores mobiliários;
- (iii) documento de identidade dos administradores e dos representantes legais do investidor não-residente;
- (iv) procuração(ões) nomeando as pessoas naturais designadas como representantes legais do investidor; e
- (v) documentação relacionada à abertura da cadeia societária do Investidor Não Residente que não seja pessoa natural até o nível dos beneficiários finais, providenciando, para tanto, os documentos de identidade descritos na alínea “(a)” acima para cada beneficiário final identificado.

(d) Se Pessoa Jurídica com valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação em mercado organizado:

- (i) denominação ou razão social;
- (ii) nomes e número do CPF/MF de seus administradores;
- (iii) inscrição no CNPJ/MF;
- (iv) endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP);
- (v) número de telefone;
- (vi) endereço eletrônico para correspondência;
- (vii) datas das atualizações do cadastro; e
- (viii) concordância do cliente com as informações.

(e) Se Fundos de Investimento Registrados na CVM:

- (i) a denominação;
- (ii) inscrição no CNPJ/MF;
- (iii) identificação completa do seu administrador fiduciário e do seu gestor, nos termos acima, conforme aplicável; e
- (iv) datas das atualizações do cadastro;

(f) Nas demais hipóteses:

- (i) a identificação completa dos clientes, nos termos das alíneas “(a)”, “(b)”, “(d)” e “(e)” acima, no que couber;
- (ii) a identificação completa de seus representantes e administradores, conforme aplicável;

- (iii) informações atualizadas sobre a situação financeira e patrimonial;
- (iv) informações sobre perfil do cliente, conforme regulamentação específica que dispõe sobre dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, quando aplicável;
- (v) se o cliente opera por conta de terceiros, no caso dos administradores de fundos de investimento;
- (vi) datas das atualizações do cadastro; e
- (vii) assinatura do cliente.

(g) Se Pessoa Politicamente Exposta (“PPE”):

Em análise da legislação aplicável ao caso de PPE, extrai-se o entendimento de que a conduta do gestor de recursos deve ser pautada em um procedimento interno objetivo que tenha como escopo uma análise cautelosa e de gestão contínua de monitoramento de risco acerca: (a) das informações de cadastro da PEP; (b) dos documentos pessoais da PEP; (c) dos documentos sociais das empresas e dos veículos de investimento que a PEP tenha influência relevante; e (d) dos contratos, termos e demais documentos relativos aos ativos que o gestor de recursos pretenda adquirir para a carteira do fundo.

Portanto, a GESTORA realizará uma análise com base em seu procedimento interno, com a adicional atenção da peculiaridade da operação, em verificações que serão realizadas caso a caso. Não obstante, como forma de tornar tal procedimento mais objetivo, a GESTORA realizará a coleta dos dados e documentos conforme indicado nesta alínea “(g)”, no que for possível, englobando, assim, as informações referentes a PEP, seus parentes, em linha direta, até o 2º grau, cônjuge ou companheiro, enteado, sócios, estreitos colaboradores, as empresas em que estes participam, fundos, demais estruturas de investimentos utilizados na aquisição, distribuição, intermediação e outras operações com os ativos e investimentos de interesse da GESTORA e as sociedades que possuam PPE em seu quadro de colaboradores e/ou societário. A informação de enquadramento de PPE e, caso aplicável, as diligências aqui previstas, também se aplicam aos eventuais procuradores.

Adicionalmente, no âmbito das operações ativas da GESTORA e avaliação dos Agentes Envolvidos, no que cabe aos ativos e operações com participação de PPE, a GESTORA deverá receber as informações acerca da relação da PEP com a eventual operação ou ativo específico e com as partes relevantes envolvidas na emissão, distribuição, comercialização e circulação do ativo. Nestes casos, os principais pontos de preocupação da análise serão focados nas empresas emissoras e garantidoras do ativo, seus sócios e demais partes relacionadas, sem prejuízo das demais providências elencadas no item 4.6 da Política, conforme o caso.

Desta forma, além do descrito nas alíneas anteriores, a GESTORA deverá solicitar também:

- (i) os nomes e respectivos CPF/MF dos parentes em linha direta até o 2º (segundo) grau, cônjuge ou companheiro, enteado, sócios e estreitos colaboradores;
- (ii) a identificação das sociedades e outras estruturas de investimentos que participe, com a adicional identificação dos nomes e respectivos CPF/MF das pessoas que componham o quadro de colaboradores e/ou sócio destas sociedades e estruturas de investimento;
- (iii) o documento de comprovação de vínculo como PEP;
- (iv) cópia do IRPF dos últimos 5 anos; e
- (v) comprovante de origem dos recursos investidos.

Declarações Adicionais

Do cadastro deverá constar declaração, datada e assinada pelo Cliente Direto ou Agente Envolvido ou, se for o caso, por procurador legalmente constituído prevendo:

- a) que são verdadeiras as informações fornecidas para o preenchimento do cadastro;
- b) que o Cliente se compromete a informar, no prazo de até 10 (dez) dias, quaisquer alterações que vierem a ocorrer nos seus dados cadastrais, inclusive em relação a alteração de seus beneficiários finais e/ou eventual revogação de mandato, caso exista procurador;
- c) que o Cliente é pessoa vinculada à GESTORA, se for o caso; e
- d) que o Cliente não está impedido de operar no mercado de valores mobiliários.

A GESTORA poderá adotar mecanismos alternativos de cadastro e verificação das informações prestadas pelos clientes, observados os requisitos e objetivos da regulamentação de LDFTP.